

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Vitor Antônio Silva

**AVALIAÇÃO DO EFEITO DO DESENGAJAMENTO MORAL NO EXÉRCITO
BRASILEIRO NO ÂMBITO DE PEQUENAS FRAÇÕES**

**Resende
2022**



APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA E DA DOUTRINA NA AMAN

**AMAN
2022**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: AVALIAÇÃO DO EFEITO DO DESENGAJAMENTO MORAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO NO ÂMBITO DE PEQUENAS FRAÇÕES

AUTOR: VITOR ANTÔNIO SILVA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se necessária a anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 18 de Abril de 2022.

Cad Vitor Antônio Silva

Vitor Antônio Silva

**AVALIAÇÃO DO EFEITO DO DESENGAJAMENTO MORAL NO EXÉRCITO
BRASILEIRO NO ÂMBITO DE PEQUENAS FRAÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Major Fabiano Patrício Aliane

Resende
2022

Dados internacionais de catalogação na fonte

S586a SILVA, Vitor Antônio

Avaliação do efeito do desengajamento moral no Exército Brasileiro no âmbito de pequenas frações. / Vitor Antônio Silva – Resende; 2022. 54 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Fabiano Patrício Aliane
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1. Desengajamento moral 2. Moral 3. Pequenas frações I. Título.

CDD: 355

Vitor Antônio Silva

**AVALIAÇÃO DO EFEITO DO DESENGAJAMENTO MORAL NO EXÉRCITO
BRASILEIRO NO ÂMBITO DE PEQUENAS FRAÇÕES**


Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 23 de agosto de 2022:

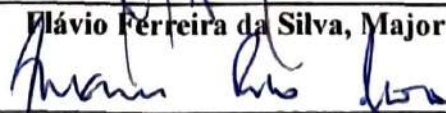
Banca examinadora:



Fabiano Patrício Aliane, Tenente-Coronel
(Presidente/Orientador)



Flávio Ferreira da Silva, Major



Alexandre Rigo Motta, Major

Resende
2022

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, que me guia em minha jornada, iluminando o meu caminho para que hoje eu possa estar vivendo meu sonho. Agradeço também, aos meus pais por terem sempre me apoiado e à minha futura esposa por ter me estimulado a nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade de ter ingressado na AMAN e a resiliência para vencer todas as dificuldades e que, deste modo, pudesse estar concluindo meu maior sonho, me tornar oficial do Exército Brasileiro.

Agradeço também a minha família, em especial meus pais, primordiais para o meu sucesso enquanto pessoa, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando em todos os momentos. Vocês são os principais responsáveis por hoje eu ter me tornado quem sou.

À minha futura esposa, base que fundamenta toda essa jornada. Motivo de iniciar esta jornada e o motivo de persistir e encerrá-la com esmero e dedicação.

Ao meu orientador, pela dedicação e esmero em auxiliar-me no desenvolvimento deste trabalho. Sem seu auxílio, nada disso seria possível.

*“A abstração é a dádiva do homem. O corpo não pode estar onde a mente nunca esteve.
Quando a mente é o guia da moral, as mãos são a ferramenta do bem”*

Vitor Antonio Silva

Fevereiro / 2022

RESUMO

AValiação DO EFEITO DO DESENGAJAMENTO MORAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO NO ÂMBITO DE PEQUENAS FRAÇÕES

AUTOR: Vitor Antônio Silva
ORIENTADOR: Major Fabiano Patrício Aliane

Em situações de combate e de paz, o recurso humano é considerado precioso para uma Força Armada, porém o homem, considerado em si mesmo, é demasiado complexo, o que desperta inúmeros estudos dentro da psicologia, especialmente no que diz respeito ao estudo do comportamento cognitivo e racional. Um dos importantes fenômenos enfrentados pelas forças armadas e que atinge o amplo espectro dos recursos humanos é o desengajamento moral, que ocorre quando indivíduos se distanciam de seus padrões morais para infligir ações danosas a outros, sem que sintam culpa pelos seus atos. Este fenômeno se dá no campo sociológico e principalmente psicológico, fato que o torna menos palpável e mais difícil de resolver. Assim, o objetivo deste trabalho foi realizar a revisão bibliográfica sobre desengajamento moral no campo da psicologia social, com base nos autores mais renomados, além de analisar estudos de casos reais que tratam do assunto, com a finalidade de entender como este fenômeno se dá nas missões desempenhadas pelo Exército Brasileiro no âmbito de pequenas frações. Foram apresentadas as nuances da psicologia social que atuam no processo decisório comportamental e que levam ao desengajamento ou engajamento moral, destacando a importância e a necessidade da preocupação de um comandante com o alinhamento moral de seus comandados, emanando ordens que norteiam as ações de sua fração de acordo com as necessidades morais e com o trabalho ético realizado pela instituição Exército Brasileiro. Os resultados aqui apresentados demonstram a relevância do tema no meio militar e apontam horizontes de aplicação deste conhecimento para mitigar a ocorrência do fenômeno de desengajamento moral no âmbito das pequenas frações, com destaque para as ações do comandante da fração neste processo, tendo em vista que o maior ou menor engajamento moral de uma tropa está intimamente ligado com o trabalho desenvolvido pelas lideranças, dentro da hierarquia de uma força, sendo considerado de suma importância a promoção da moral e da ética em todos os trabalhos realizados pelo Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Desengajamento moral. Moral. Pequenas frações.

ABSTRACT

EVALUATION OF THE EFFECT OF MORAL DISENGAGEMENT IN THE BRAZILIAN ARMY IN THE CONTEXT OF SMALL FRACTIONS

AUTHOR: Vitor Antônio Silva
ADVISOR: Major Fabiano Patrício Aliane

In combat and peace situations, the human resource is considered precious for an Armed Force, but the man, considered in himself, is too complex, which arouses numerous studies within psychology, especially with regard to the study of behavior. cognitive and rational. One of the important phenomena faced by the armed forces and that affects the broad spectrum of human resources is moral disengagement, which occurs when individuals distance themselves from their moral standards to inflict harmful actions on others, without feeling guilty for their actions. This phenomenon occurs in the sociological and mainly psychological field, a fact that makes it less palpable and more difficult to resolve. Thus, the objective of this work was to carry out a bibliographic review on moral disengagement in the field of social psychology, based on the most renowned authors, in addition to analyzing real case studies that deal with the subject, in order to understand how this phenomenon occurs in missions performed by the Brazilian Army in the context of small fractions. The nuances of social psychology that act in the behavioral decision-making process and that lead to disengagement or moral engagement were presented, highlighting the importance and need for a commander's concern with the moral alignment of his subordinates, issuing orders that guide the actions of his fraction. according to moral needs and the ethical work carried out by the Brazilian Army institution. The results presented here demonstrate the relevance of the theme in the military environment and point out horizons of application of this knowledge to mitigate the occurrence of the phenomenon of moral disengagement in the scope of small fractions, with emphasis on the actions of the commander of the fraction in this process, considering that the greater or lesser moral engagement of a troop is closely linked to the work developed by the leaders, within the hierarchy of a force, and the promotion of morals and ethics in all work carried out by the Brazilian Army is considered of paramount importance.

Palavras-chave: Moral disengagement. Moral. Small fractions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos níveis e estágios do desenvolvimento moral	20
Tabela 2 - Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do <i>locus</i> Comportamento	24
Tabela 3 - Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do <i>locus</i> Agente da ação	25
Tabela 4 - Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do <i>locus</i> Resultado da ação	25
Tabela 5 - Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do <i>locus</i> Receptor da ação.....	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Reciprocidade Triádica	18
Figura 2 -	Pirâmide de Maslow e a hierarquia das necessidades humanas	21
Figura 3 -	Correlação entre os diferentes estágios de desenvolvimento moral de Kohlberg (1992) e os mecanismos envolvidos para o desfecho do comportamento moral militar	31
Figura 4 -	Perfil de Comportamento Moral e seus desfechos frente ao conflito	32
Figura 5 -	Visão Termal dos operadores de drones	36
Figura 6 -	Classificação dos mecanismos de desengajamento moral	38
Figura 7 -	Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral na relação entre influxos internos e externos	39
Figura 8 -	Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral na relação entre influxos internos e externos nos casos de engajamento moral.....	40
Figura 9 -	Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral com influxo externo negativo	41
Figura 10 -	Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral com influxo interno negativo	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desinibição da agressão através da difusão de responsabilidade e desumanização das vítimas	34
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	OBJETIVOS.....	13
1.1.1	Objetivo geral.....	13
1.1.2	Objetivos específicos.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	PSICOLOGIA SOCIAL.....	15
2.2	TEORIA SOCIAL COGNITIVA.....	16
2.2.1	Reciprocidade Triádica.....	17
2.3	MORAL.....	18
2.4	DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO MORAL.....	19
2.5	TEORIA DA MOTIVAÇÃO HUMANA.....	20
2.6	DESENGAJAMENTO MORAL.....	22
2.6.1	Mecanismos de Desengajamento Moral.....	22
2.7	AGÊNCIA MORAL.....	26
2.7.1	Autorregulação.....	27
2.7.2	Autoeficácia.....	27
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	28
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	28
3.2	MÉTODOS.....	28
3.2.1	Avaliação do desengajamento através da Teoria Social Cognitiva e da Psicologia social.....	29
3.2.2	Avaliação do conceito de moral no meio militar.....	29
3.2.3	Avaliação da construção psicológica de autorregulação do militar.....	29
3.2.4	Psicologia social aplicada aos sistemas sociais do meio militar.....	30
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	31
4.1	PERSPECTIVAS PARA PREVENIR A OCORRÊNCIA DO DESENGAJAMENTO MORAL.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O recurso mais precioso que uma Força Armada tem em situações de combate e de paz é o recurso humano. Ocorre, porém, que o homem considerado em si mesmo é demasiado complexo, o que desperta inúmeros estudos dentro da psicologia, especialmente no que diz respeito ao estudo do comportamento cognitivo e racional.

O desengajamento moral, segundo apontamentos de Bandura (1977), é o fenômeno que ocorre quando indivíduos se distanciam de seus padrões morais para infligir ações danosas a outros, sem que sintam culpa pelos seus atos. É um processo cognitivo que pode ocorrer com qualquer ser humano, incluindo os militares, resultando em impactos de diferentes complexidades, na medida em que depende de diversos fatores, tanto internos (resposta individual) quanto externos (resposta social). Este é um fenômeno comum que ocorre há tempos, porém atualmente vem tomando novas formas, dado o advento de novos métodos de combate e inovações tecnológicas.

No que diz respeito aos fatores internos, estes tratam justamente do comportamento do indivíduo quanto à sua conduta moral e ética. Podem ser características e sentimentos construídos na formação emocional e afetiva do indivíduo ou perfis mais suscetíveis a certos tipos de comportamento.

Por outro lado, entende-se por fatores externos a influência direta e indireta que o contexto e o ambiente de trabalho realizam frente ao indivíduo, os quais podem desencadear o processo de desengajamento moral ou então estimulá-lo, facilitá-lo ou encorajá-lo.

Considerando que pesquisas recentes apontam as Forças Armadas como instituição brasileira, dentre públicas ou privadas, com maior credibilidade no país (RAMOS *et al.*, 2017) e tomando como base o estrato social dos indivíduos que constituem uma instituição armada, este fenômeno assume relevo de modo especial, perante a responsabilidade ética e como força representativa do estado.

É certo que o desengajamento moral é silencioso, pois reside na mente, consciente e inconsciente, de cada indivíduo de uma instituição armada regulamentada. Isso porque, aquele que comete o desengajamento moral, tem plena convicção de que está a agir moralmente, de forma correta e justa, ou então não se sente responsabilizado pelos seus atos (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015). Tais eventos configuram-se por situações em que atos de violência desmedidos são cometidos sem que o cerne da força militar possa evitá-los, pois, como dito, trata-se de efeitos cognitivos, psicológicos e sociais que não são possíveis de serem tratados somente na esfera administrativa.

Frente a esta realidade, a problemática não se limita a solucionar os problemas causados pelo desengajamento moral, pois a violência cometida advém de um fenômeno que já ocorreu. O centro da questão é prevenir o desengajamento moral, para tanto, é preciso compreender, qualificar e quantificar este processo cognitivo, desmistificando os fatores internos e externos que levam a ele, da mesma forma como minimizá-los ou dirimi-los, de modo que seja possível tornar mínimo o ambiente que fomenta ou propicia a ocorrência de casos entre os integrantes da Força Armada Terrestre do Brasil.

Nesse contexto, esta pesquisa justifica-se para despontar atenção para o desengajamento moral, visando a qualidade dos recursos humanos da Força Armada Terrestre, para que possam ser construídas estratégias que aprimorem a ética, a moral e os valores na esfera individual e coletiva, pontos específicos que são pilares do Exército Brasileiro. Com base nesses questionamentos, este trabalho busca fundamentos e ferramentas, dentro da área de psicologia, para poder compreender como prevenir e minimizar a ocorrência de fenômenos relacionados com o desengajamento moral.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Compreender o fenômeno do desengajamento moral no âmbito de pequenas frações do Exército Brasileiro.

1.1.2. Objetivos específicos

Compreender a influência dos fatores internos e os processos psicológicos conscientes e inconscientes relacionados ao desengajamento moral.

Compreender a influência dos fatores externos e os contextos e configurações sociais relacionadas ao desengajamento moral.

Demonstrar os mecanismos envolvidos no processo de desengajamento moral para a compreensão de sua ocorrência no âmbito de pequenas frações do Exército Brasileiro, fornecendo subsídios para construção de ferramentas para a prevenção e/ou supressão do fenômeno.

Identificar ações de comando e controle simples, objetivas e diretas, a serem realizadas pelos comandantes das pequenas frações do Exército Brasileiro, que sejam úteis para dirimir ou diminuir os efeitos do desengajamento moral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa tem a finalidade de utilizar os conhecimentos validados por diversos autores da área de psicologia cognitiva e social, com fundamentação teórica em livros, teses, artigos e textos que abordam o fenômeno do desengajamento moral.

O principal redator e pesquisador do assunto é Albert Bandura, criador da Teoria Social Cognitiva (2008), base que dá razão de ser para os eventos estudados no desengajamento moral. Além disso, foram estudados outros autores, como Roberta Gurgel Azzi, psicóloga brasileira que trabalhou diretamente com Bandura e dissertou sobre o tema (2011) e Soely Polydoro, coautora do livro Teoria Social Cognitiva: Conceitos básicos (2008). Para investigar os fenômenos relacionados, também foram examinados os achados de Yves De La Taille (2006), que tratou do desenvolvimento moral e emocional em seus estudos e de Alcides Eduardo dos Reis Perón e Rafael de Brito Dias (2017), que dissertaram sobre a ocorrência do desengajamento moral em operadores de drones militares. Finalmente, para entender o porquê de bons soldados cometerem ações antissociais, à luz dos mecanismos psicológicos que causam o desengajamento moral, foram analisados os achados de Christopher Barnes e Keith Leavitt (2010).

A discussão acerca deste fenômeno aponta que o desengajamento moral também pode ocorrer no ambiente militar, já que é um meio social com suas peculiaridades; entretanto, importa destacar a relevância das consequências deste fenômeno no meio militar, visto que o resultado destas ações quase sempre está, direta ou indiretamente, relacionadas com a perda de vidas humanas ou então uso excessivo de violência.

2.1 PSICOLOGIA SOCIAL

A psicologia social se traduz na junção entre bases teóricas da sociologia e da psicologia. A sociologia passou a refletir sobre a interação do homem com o meio social, tal como a psicologia observa o comportamento do homem individualmente e coletivamente. Importa destacar que, ao longo do curso da história a psicologia concentrou-se mais em microvariáveis relacionadas ao indivíduo enquanto a sociologia concentrou-se em macrovariáveis, observando os grandes sistemas e estruturas sociais.

A definição conceitual de psicologia social fundamenta-se nos achados de Kurt Lewin (1997) sobre a resolução de conflitos sociais e a teoria de campo na ciência social, que deu

base para o que entendemos deste termo nos dias atuais. Outros autores apontam a ideia de psicologia social como uma relação direta entre o ser e o meio social (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 2000) e, portanto, o objeto de estudo final passa a ser o produto desta interação entre os dois pontos. Somado a isto, Allport (1985) traz apontamentos que complementam a análise do produto desta interação social, de forma a entender que o meio social influencia o comportamento do indivíduo, tanto de forma direta como de forma indireta.

2.2 TEORIA SOCIAL COGNITIVA

A teoria social cognitiva adota a perspectiva da agência para o autodesenvolvimento, a adaptação e a mudança (BANDURA, 2001). Através deste espectro tem-se o homem como agente responsável pelos fatores que influenciam sua vida, não sendo apenas resultado da condição em que está inserido. Essa teoria trata dos mecanismos pelos quais os indivíduos traduzem suas ações de acordo com os padrões morais em que estão inseridos. Tais mecanismos são chamados de processos autorreferentes, que fornecem reguladores motivacionais e cognitivos, que levam à conduta moral (BANDURA, 2008).

O ser humano constrói esse sistema regulatório moral ao longo de sua vida, ao entender o contexto ao qual está inserido, através do processo de socialização. A socialização envolve o monitoramento das condutas feito pelo próprio indivíduo, que busca agir de forma que melhor se encaixe no grupo social e ciclos sociais ao qual pertence e/ou busca pertencer. Além disso, busca comportar-se de maneira que não se violem os padrões morais, porque tais condutas irão trazer autocondenação (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015). Ainda, durante toda a vida o conceito individual de moral pode mudar através das experiências que são vividas e que levam à adaptação do comportamento.

Bandura (2005) traz apontamentos que explicam que a sociedade funciona através de sistemas sociais estruturados, os quais representam influxo no comportamento social de um só indivíduo. Neste sentido, a Teoria Social Cognitiva aborda aspectos de autorregulação, autorreflexão, autorreação e padrões pessoais que um indivíduo desenvolve e aplica, consciente e inconscientemente, para configurar o que acontece em sua vida, através de fenômenos como pensamento antecipatório, em que o indivíduo influencia sua vida presente pelo direcionamento do seu pensamento cognitivo atual sobre o futuro, da mesma forma que todos os outros instrumentos de autoinfluência já mencionados.

O influxo no comportamento social do indivíduo não só se trata do processo de socialização, que dá base para a formação da agência moral, mas trata também da indução

situacional (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015), que pode gerar o fenômeno do desengajamento moral, levando o indivíduo a se comportar de formas desumanas e/ou imorais. Entretanto, o indivíduo pode escolher comportar-se de outra forma que não a induzida pelas condições situacionais, através do exercício da autoinfluência, mediado pelo próprio processo interno de auto sanção, que mantém o indivíduo alinhado com sua própria conduta moral.

Este processo dá razão de ser para a agência moral, por guiar as ações de forma a não desprender-se da moral, visto que há um ambiente físico e socioestrutural que é imposto sobre as pessoas, que independe do desejo ou vontade pessoal e os indivíduos não têm controle sobre sua presença, mas têm liberdade na maneira como o interpretam e reagem a ele (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

Com isso, esta teoria aponta para a ambiguidade dos mecanismos individuais com os sistemas sociais estruturados, que constrói uma relação que tem como produto o comportamento humano, influenciado por fatores pessoais e individuais (internos) e fatores sociais (externos) (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015).

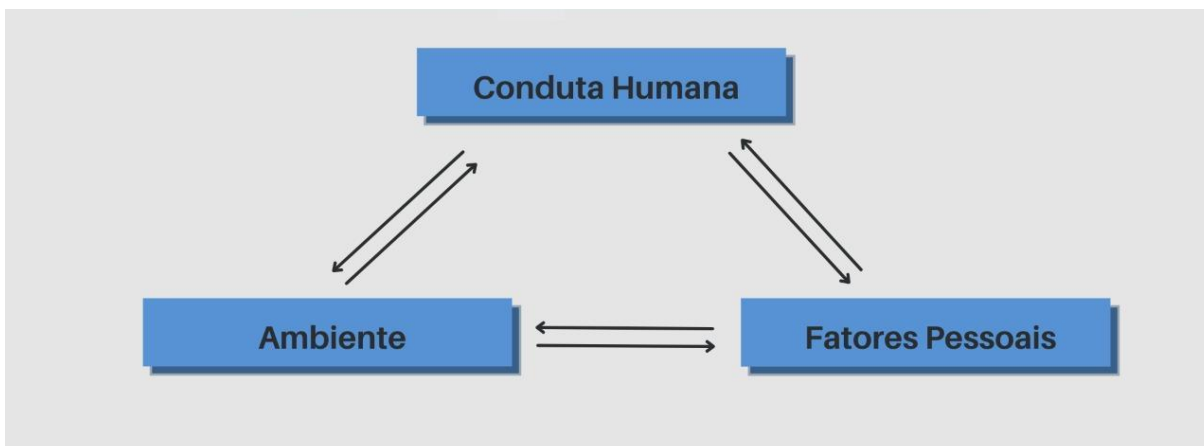
2.2.1 Reciprocidade Triádica

A reciprocidade triádica trata das relações entre comportamento, fatores pessoais e fatores ambientais. Desta forma, as múltiplas relações determinam o comportamento humano, conforme descrito por Bandura:

Na visão cognitiva social as pessoas não são nem impulsionadas por forças interiores, nem automaticamente moldadas e controladas por estímulos externos. Mais propriamente, o funcionamento é explicado em termos de um modelo de reciprocidade triádica na qual comportamentos, fatores cognitivos e fatores pessoais, além de efeitos ambientais operam como determinantes interativos uns dos outros (BANDURA, 1986, p. 18).

Por isso, os fatores internos e externos são importantes para o produto do comportamento, interagindo nos processos de aprendizagem moral do sujeito. A Teoria Social Cognitiva trata dos fatores pessoais (crenças, expectativas e conhecimento posterior), fatores externos (grupo, consequências e ambiente) e comportamento (ações e escolhas individuais), sendo que os três influenciam e são influenciados uns pelos outros (BANDURA, 1986). A Figura 1, a seguir, apresenta o esquema da reciprocidade triádica.

Figura 1 – Reciprocidade Triádica na Teoria Social Cognitiva.



Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Bandura (1986).

Como pode ser observado, fica nítida a relação direta e bidirecional dos três campos observados, que são mutáveis de acordo com o contexto e que podem influenciar em diferentes graus a conduta humana, variando de acordo com as vivências do indivíduo e o ambiente em que está inserido, da mesma forma que sua conduta influencia o ambiente e transforma seus fatores pessoais.

2.3 MORAL

A moral tem seu significado construído com caráter normativo, ou seja, é um conceito que trata de definir aquilo que se deve ou não se deve ser feito. Para Cordi (2003, p.64), “a moral é tanto um conjunto de normas que determinam como deve ser o comportamento quanto ações realizadas de acordo ou não com tais normas”. Este caráter normativo não necessariamente é positivado, mas representa força impositiva em meio social, por ser cultivada ou suscitada por costumes sociais e culturais, religiosos, ideológicos, políticos e entre outros.

A moral define a conduta humana ideal, ou seja, dita como deve ser o comportamento do homem, que, conhecedor das normas imperativas de seu meio social, age de acordo com elas e preza por elas, mesmo que isto lhe represente consequências negativas.

Yves De La Taille, em 2006, sabiamente apresentou seu conceito de moral como uma única indagação: “Como devo agir?”. Acrescentou com apontamentos sobre os diversos sistemas morais, presentes em várias culturas e épocas. No sentido de obrigatoriedade, se

existem mandamentos da consciência que fazem com que o ser se comporte de uma forma ou de outra, a moral faz-se presente.

De La Taille (2006) investe seu conceito de moral de forma que não se é possível ver o homem simplesmente como moral ou não moral. O termo se aprofunda no conceito de conflito, ou seja, a moralidade do ser é colocada à prova em um momento de conflito em que seus interesses estão em jogo e aquilo que em sua vida influencia. A moral passa então a ser entendida como uma vontade moral, que frente a diversas outras vontades presentes no campo da afetividade do ser humano pode ter maior ou menor força. Portanto, quando o indivíduo age moralmente e faz escolhas morais, sua vontade moral teve maior força. Com esta força, a concepção agêntica do ser age de forma correta e moral.

2.4 DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO MORAL

Segundo Kohlberg (1992), existe a construção cognitiva através de um desenvolvimento na interação entre organismo e o meio em que este está inserido. As experiências vividas pelo indivíduo transformam a forma como vê o mundo, e consequentemente, modifica a forma como interage com o meio.

Em 1963, dentro desta temática, Kohlberg formulou uma teoria de desenvolvimento moral, com 3 níveis do desenvolvimento moral, sendo que cada um destes contém 2 estágios, os quais possuem relação hierárquica. Portanto, é necessário passar pelo estágio anterior para chegar a um próximo, sem que seja possível pular um deles. A Tabela 1, a seguir, apresenta os diferentes níveis e estágios do desenvolvimento moral.

Tabela 1 – Características dos níveis e estágios do desenvolvimento moral.

Nível	Característica	Estágio	Comportamento	
1	Pré-convencional	Ainda não há internalização de princípios morais e um ato é julgado pelas suas consequências e não pelas suas intenções. Predomina o medo da autoridade e da punição.	Obediência e punição	Retrata a moralidade entendida através das consequências dos atos tomados. Reforço positivo significa certo e o negativo significa errado.
			Hedonismo instrumental ingênuo	Transição do moralismo individual para o coletivo, quando o ser passa a considerar opções que abordavam as necessidades de terceiros.
2	Convencional	Ocorre a internalização de princípios morais. Predomina a crença no valor daquilo que é julgado como certo e que é feito priorizando as relações interpessoais e sociais, valorizando-se a manutenção das leis.	Relações interpessoais	O que é certo é simplesmente visto como aquilo que agrada os outros; entretanto, há o entendimento que se pode fazer o mal se for por uma causa considerada justa.
			Autoridade mantém a ordem social	Cumprir as normas sociais.
3	Pós-convencional	Prevalece o respeito à vida em sociedade, ao bem-estar e às regras do grupo. Predomina a crítica e reflexão sobre as leis estabelecidas e, a partir do reconhecimento de que elas podem ser injustas, existe o esforço para alterá-las.	Contrato social	Expressar e atender as necessidades da maioria através das normas e leis. A imparcialidade neste estágio é essencial, pois caso ela não exista, estas normas são vistas como passíveis de serem descumpridas.
			Princípios universais	Representa o que é certo e errado através dos princípios escolhidos pelo indivíduo. É a abstração da justiça que vai além de um contrato social. A capacidade de empatia faz com que se busquem soluções que atendam de forma justa a todos.

Fonte: Adaptado de KOHLBERG, L. (1963). **The development of children's orientations toward a moral order: I.** Sequence in the development of moral thought. *Vita Humana*, 6(1-2), 11–33.

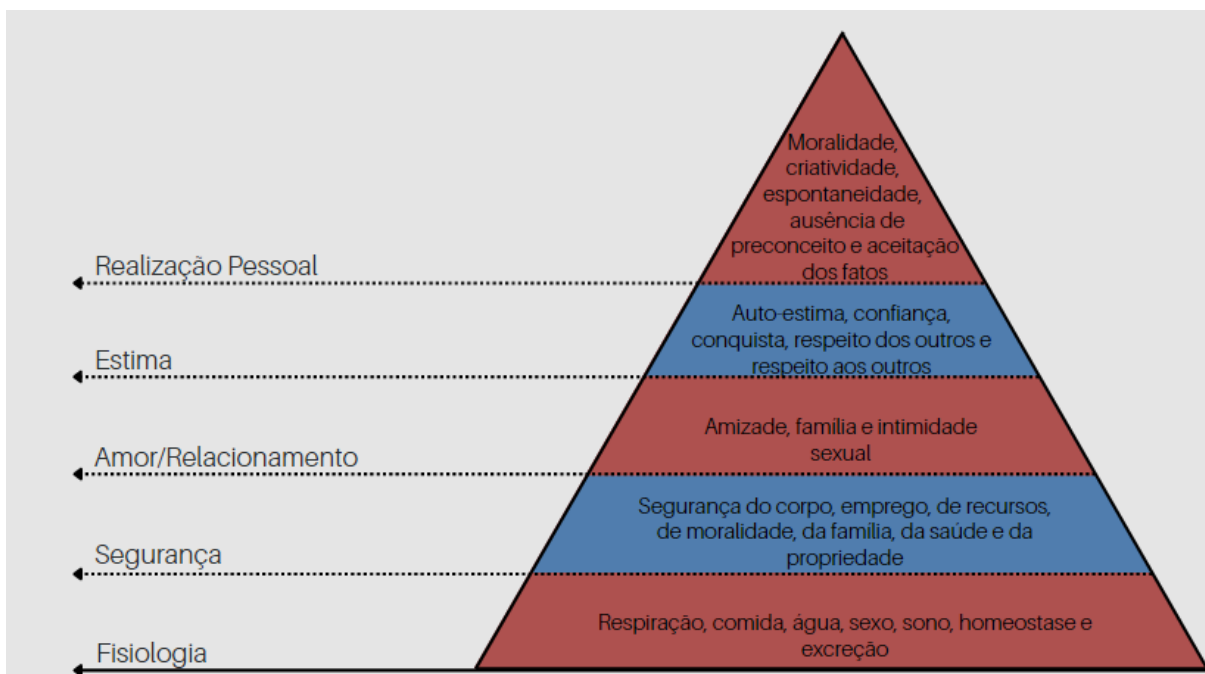
É importante destacar que cada um dos estágios pode ser classificado em alguns tipos de comportamento e, desta forma, pode-se inferir que o desengajamento moral está ligado ao grau de desenvolvimento moral que o indivíduo tem e, quanto mais avançado o estágio, menor será a inclinação para cometer o desengajamento.

2.5 TEORIA DA MOTIVAÇÃO HUMANA

Maslow (1943) propõe a motivação como o atendimento das necessidades que cada indivíduo tem, resultante de uma escala hierárquica, que parte das demandas mais básicas e fisiológicas, até conceitos mais amplos de realização pessoal. A hierarquia entre as classes de necessidades propõe que uma classe deve ser atendida, pelo menos parcialmente, para que as próximas escalas possam ser visadas. Tal movimento se dá até a última classe, sem que se

possa ignorar uma classe, formando o conceito de pirâmide de Maslow, conforme descrito na Figura 2.

Figura 2 - Pirâmide de Maslow e a hierarquia das necessidades humanas.



Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Maslow (1943).

Na forma como a lógica da pirâmide se constrói, percebe-se uma relação direta da degradação moral de um indivíduo com o tipo de privação que ele sofre. Por vezes, um ser experimenta situações de vida em que não alcança as classes mais altas da pirâmide ou até mesmo não atende parte de alguma classe mediana, e ainda assim vive com esse incômodo ou angústia, conseguindo realizar suas tarefas profissionais e pessoais.

Entretanto, a privação da classe da fisiologia representa o não atendimento de necessidades tão importantes, que o comportamento humano pode se alterar drasticamente para atendê-las, ou até mesmo se comportar de tal forma que não se comportaria antes, devido aos efeitos da degradação moral. Da forma similar que um morador de rua pode tentar roubar comida por estar passando fome, um soldado pode cometer atos violentos e/ou desmedidos por estar passando situações de estresse em combate com privação de sono, fome, água e entre outros.

Isto posto, a pirâmide representa que a busca ao atendimento destas necessidades é a motivação humana, da mesma maneira que o desvio de comportamento para um viés negativo pode estar relacionado a fatores de estresse gerados pelo contexto em que o indivíduo está

inserido, em combinação com o não atendimento de suas necessidades, em especial aquelas mais básicas e primárias (MASLOW, 1954).

2.6 DESENGAJAMENTO MORAL

O fenômeno do desengajamento moral conceitua-se a partir da Teoria Social Cognitiva do psicólogo interacionista Albert Bandura (1990), que dissertou sobre o tema e delineou perspectivas primordiais para o entendimento e pesquisa desta área de estudo, conforme é descrito por Iglesias:

Bandura (1977) propôs o conceito de desengajamento moral para mostrar como as pessoas podem encontrar justificativas para cometer atos antissociais sem se sentirem culpadas ou censuradas por isso. Daí o uso do termo 'desengajamento', mostrando que é possível se desprender ou desengajar dos próprios padrões morais para cometer atos antissociais deliberadamente, sem autocondenação (IGLESIAS, 2008, p. 165).

O conceito de desengajamento moral se relaciona diretamente com os fatores internos (psicológicos) e externos (ambiente social) anteriormente citados, igualmente como delinea sua definição com fundamento no conceito de moral. Em acerto com a teoria social cognitiva, entende-se que o fenômeno do desengajamento moral advém da incapacidade do sistema de autoinfluência de agência moral, para manter o ser alinhado com o seu próprio conceito de moral (BANDURA, 1990).

Resta claro, portanto, que influxos externos podem impactar o comportamento social do indivíduo e mudar suas ações para resultados danosos, antiéticos e imorais, ou mesmo, sem influência externa significativa, o indivíduo não seja capaz de deflagrar os processos autorreguladores satisfatoriamente.

2.6.1 Mecanismos de Desengajamento Moral

Os mecanismos psicossociais geram o fenômeno do desengajamento moral e estão interligados com a falha na agência moral do indivíduo, conforme descrito a seguir:

(...) Os padrões morais não atuam como reguladores internos fixos da conduta. Existem diversos mecanismos psicossociais pelos quais a aceitação pessoal moral é desengajada seletivamente da conduta humana. O desengajamento pode implicar em tornar pessoal e socialmente aceitáveis práticas prejudiciais, representando-as como algo que tem propósitos válidos, exonerando a comparação social e transformando a linguagem. Ela pode se concentrar em obscurecer a agência pessoal, por meio da difusão e da transferência da responsabilidade, fazendo com que os agressores não se considerem responsáveis pelo mal que causam, podendo também diminuir, distorcer ou até questionar o dano causado por seus atos prejudiciais. E pode desumanizar e culpar as vítimas por terem atraído os maus tratos para si mesmas (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008, p.28).

Bandura, Azzi e Tognetta (2015) apontam que um conjunto de práticas desengajadoras opera na reconstrução cognitiva do comportamento, ou seja, existe o processo de aceitação da conduta por entender o ato como moralmente aceito. Nesta ótica, o fenômeno do desengajamento, quando ocorre pela primeira vez, pode levar a facilitar a ocorrência posterior do mesmo fato ou de forma similar, pois os processos cognitivos pelo qual o indivíduo passou já são conhecidos e provocaram mudanças cognitivas significativas, as quais mantêm a falha do processo de autoinfluência, que guiaria o homem para a conduta moral.

Nas Tabelas 2 a 5, apresentadas a seguir, são tratados os mecanismos do desengajamento moral com base nos ensinamentos de Bandura, Azzi e Tognetta (2015), de acordo com os diferentes *locus* de ocorrência.

Tabela 2 – Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do *locus* Comportamento.

Mecanismo	Conceito	Fator Psicológico	Exemplo Fictício
Justificativa Moral	O indivíduo justifica para si mesmo como plausível e moralmente aceitável sua ação danosa, ou seja, se convence que o ato, mesmo que cause danos severos a terceiros, tem um propósito socialmente aceitável, colocando-se em posição de agente moral.	Sentimento de superioridade, no qual o indivíduo coloca-se em posição de agente que trabalha em favor da moral, que de alguma forma justifica e dá razão de ser para os atos danosos que comete, faz com que o sentimento de superioridade sobre o terceiro aumente enquanto a empatia diminui.	Guerra entre grupos, países e nações, em que um lado se sente superior ao outro, enquanto justificam as mortes e atrocidades que causam e condenam as mortes e atrocidades causadas pelo inimigo.
Linguagem Eufemística	A linguagem utilizada pelo indivíduo modela o pensamento nos grupos sociais de acordo como ela é empregada, tornando o imaginário dos atos severos como menos repugnantes e aceitáveis.	O jogo de palavras traduz um sentimento diferente daquilo que os danos causados representam, levando ao efeito de saneamento dos fatos, juntamente com a caracterização dos atos de forma inerte, provocando a sensação de situações que ocorrem sem o controle do homem, como se tivesse sido perpetuado por forças maiores, escondendo o indivíduo como o real responsável pelos seus atos.	Civis inocentes que morrem durante uma operação militar passam a ser chamados de “efeitos colaterais”.
Comparação Vantajosa	Consiste no contraste de uma ação com outra, muitas vezes em posição inimiga em um embate de qualquer natureza, no intuito de fazer com que a primeira, mesmo que desumana, pareça benevolente frente ao ato cometido na segunda ação.	A comparação vantajosa envolve raciocínio subjetivo e depende de premissas e, quanto maior o contraste, maior será a capacidade de justificar os atos imorais.	Indivíduo justifica o uso de palavras de baixo calão contra outro indivíduo porque ele foi ofendido primeiro ou então terroristas que justificam seus atos para si mesmos ao compará-los com o que já foi feito com pessoas com as quais se identificam.

Fonte: Adaptado de BANDURA, A.; AZZI, R.; TOGNETTA, L. **Desengajamento Moral: Teoria e Pesquisa** a partir da teoria social cognitiva. Campinas: Mercado de Letras, 2015. 286 p.

Tabela 3 – Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do *locus* Agente da ação.

Mecanismo	Conceito	Fator Psicológico	Exemplo Fictício
Deslocamento de Responsabilidade	O indivíduo não se sente responsável pelos atos que comete, transferindo a responsabilidade para terceiros em ordem de superioridade.	Entendimento de que o indivíduo somente cumpre ordens e, portanto, não se sente responsabilizado e minimiza o sentimento auto condenatório da agência moral, potencializando as ações imorais.	Este mecanismo está presente em casos em que é cometido o desengajamento moral com o pretexto de estar somente cumprindo ordens, afastando-se da responsabilidade do ato.
Difusão de Responsabilidade	Acompanha o sentido da coletividade, quando uma tarefa realizada por várias pessoas pode ser dividida em várias pequenas tarefas, que individualmente não traz consigo o aspecto imoral. Entretanto, as diversas tarefas pequenas somadas podem se configurar como uma ação violenta e imoral.	Como a responsabilidade está dividida, ninguém do grupo se sente inteiramente responsável e, juntamente com o efeito da coletividade, o indivíduo tende a tomar decisões que se nivelam na média do grupo.	Indivíduos que normalmente não são ponderados podem tender a se comportar desumanamente em consonância com o grupo, de forma que a influência externa seja grande o suficiente para suprimir sua capacidade de autorregulação.

Fonte: Adaptado de BANDURA, A.; AZZI, R.; TOGNETTA, L. **Desengajamento Moral: Teoria e Pesquisa** a partir da teoria social cognitiva. Campinas: Mercado de Letras, 2015. 286 p.

Tabela 4 – Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do *locus* Resultado da ação.

Mecanismo	Conceito	Fator Psicológico	Exemplo Fictício
Distorção das Consequências	Consiste em ignorar as consequências dos atos prejudiciais a terceiros, deixando de encarar o ato prejudicial ou ainda minimizando ou desacreditando o fato imoral, sem mobilizar a agência moral interna.	Quando não se vê as consequências e os danos causados, o indivíduo deixa de experienciar o sentimento de repulsa aos próprios atos, que por fim tornam-se mais fáceis de serem executados.	Operadores de drones militares, que operam equipamentos remotamente e distanciam-se das consequências de seus atos.

Fonte: Adaptado de BANDURA, A.; AZZI, R.; TOGNETTA, L. **Desengajamento Moral: Teoria e Pesquisa** a partir da teoria social cognitiva. Campinas: Mercado de Letras, 2015. 286 p.

Tabela 5 – Mecanismos para o desengajamento moral e os fatores psicológicos envolvidos, com exemplos fictícios de situações do *locus* Receptor da ação.

Mecanismo	Conceito	Fator Psicológico	Exemplo Fictício
Desumanização	As pessoas possuem traços culturais e sociais que fazem com que elas se identifiquem com outras pessoas, na mesma medida em que não se identificam com outras. A forma como se vê os outros influencia diretamente na maneira como se age e como se pode agir.	O indivíduo que comete a ação imoral não identifica o indivíduo que sofre os danos com qualidades humanas, deixando de ativar o processo de autocensura.	Durante as guerras, o inimigo passa a ser retratado com figuras medonhas, demoníacas e bestiais, para que seja mais fácil o processo de matá-lo.

Fonte: Adaptado de BANDURA, A.; AZZI, R.; TOGNETTA, L. **Desengajamento Moral: Teoria e Pesquisa** a partir da teoria social cognitiva. Campinas: Mercado de Letras, 2015. 286 p.

Os mecanismos são entendidos como tipos de desengajamento, no sentido de como ocorrem na chamada falha da agência moral e são classificados em diferentes dimensões, como (1) aquelas relacionadas ao comportamento indivíduo, representadas pela justificativa moral, linguagem eufemística e comparação vantajosa, (2) aquelas que envolvem o agente da ação, como o deslocamento de responsabilidade e difusão de responsabilidade ou ainda no campo do resultado da ação, como (3) a distorção das consequências e do receptor da ação, como (4) a desumanização. Por isso, os caminhos percorridos para cometer o desengajamento moral são diversos e se correlacionam entre si, sendo que mais de um mecanismo pode estar presente no mesmo contexto para o mesmo ato.

2.7 AGÊNCIA MORAL

A agência moral se define como os processos cognitivos que o indivíduo utiliza para tomar suas decisões que tem como produto seu comportamento, seja conscientemente ou inconscientemente. Desta forma, Bandura (2008) trata que a característica agêntica opera dentro de uma ampla rede de influências socioestruturais.

Dentro do espectro de autoinfluência de agência moral, existe o duplo aspecto de como este processo ocorre, sendo que o primeiro trata da forma proativa, que representa a força exercida para comportar-se humanamente, e o segundo trata da forma inibidora, que representa a força para evitar comportar-se desumanamente (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015).

2.7.1 Autorregulação

A autorregulação corresponde à capacidade do indivíduo de regular seu próprio comportamento, sendo considerada uma influência afetiva que promove a ação moral. É apontada por Bandura (1986) como um dos processos envolvidos no fenômeno do desengajamento moral. Desta forma, o homem passa pelo filtro de sua autorregulação antes de cometer o ato de desengajamento e, fruto de construções psicológicas que são produto dos fatores influenciadores tratados na teoria social cognitiva, inclina-se a cometer o desengajamento.

O conceito de autorregulação, na sua ação positiva, representa a ação moral, tal como a falta desta representa a tendência a se agir imoralmente. A ação moral tem dentro da autorregulação duas vertentes, que se define em Polydoro e Azzi (2008, p. 161, apud AZZI, 2011):

O mecanismo da autorregulação por meio do qual a agência moral é exercida tem especial relevância no autogerenciamento do comportamento transgressivo (BANDURA 1991, 2002, 2006). Ele tem dois aspectos – um inibitório e um proativo (BANDURA, 1999). A forma inibitória manifesta-se na capacidade de frear ações desumanas. A forma proativa de moralidade se expressa na capacidade de agir de forma humana (BANDURA, 2001, 2002).

2.7.2 Autoeficácia

Bandura (1977) explica a autoeficácia com fundamento em percepções pessoais que as pessoas têm sobre si mesmas e suas capacidades. Estas crenças individuais dão razão para sua motivação humana, autoestima e realização pessoal. As pessoas necessitam acreditar que suas ações levam a resultados desejáveis de acordo com suas vontades pessoais, caso contrário, ela tende a não perseverar frente às dificuldades.

Com efeito, a autoeficácia é uma formação pessoal e social que é fator determinante na regulação do pensamento e da conduta do indivíduo, pois ela ajuda a determinar os resultados do comportamento humano com base na confiança. De forma geral, os que apresentam crenças negativas quanto ao resultado tendem a obter resultados ruins, assim como o contrário é verdade, crenças positivas tendem a uma autoeficácia maior e resultados positivos (BANDURA, 2008).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura sobre desengajamento moral, tendo sido realizada uma pesquisa explicativa de abordagem qualitativa e de natureza aplicada, fundamentada em pesquisas científicas com base na Teoria Social Cognitiva, descrita por Bandura. Através da fundamentação teórica foi delineado como o fenômeno de desengajamento moral se dá no meio militar, através de exemplos factuais, estudos de caso e entre outros.

Desta forma, o levantamento bibliográfico realizado tem objetivo explicativo, para buscar o entendimento do fenômeno abordado através do método indutivo, a fim de compreender suas nuances no âmbito de pequenas frações da força terrestre do Brasil.

Os conceitos apresentados possuem interligação quando observados no campo prático da psicologia social e, nos estudos de caso trabalhados neste projeto, foram discutidos os mecanismos que deflagram ou explicam o fenômeno do desengajamento moral, além daqueles aspectos relacionados às falhas de autorregulação do indivíduo e como o contexto social pode influenciar o comportamento humano.

Para além, também são observados neste projeto aqueles aspectos que envolvem o conceito de conflito da moralidade, descrito por De La Taille (2006), com destaque para os elementos norteadores da atenção dos indivíduos para a moral, os quais podem estar diretamente relacionados com a eficiência e eficácia da agência moral.

3.2 MÉTODOS

A aplicação dos conceitos da Teoria Social Cognitiva no meio militar apresenta nuances específicas devido ao ambiente no qual o indivíduo está inserido, principalmente pela mutualidade dos traços de moral e como a psicologia social se dá nesse meio. Para buscar as conexões entre o mundo teórico e o prático através dessa perspectiva, foi realizada uma busca nas bases de dados científicas disponíveis, considerando o recorte temporal do período de 1960 até 2022.

A partir dos propostos científicos, foram avaliadas e discutidas as especificidades da temática em tela no contexto do meio militar para melhor entender as causas, efeitos e consequências do desengajamento moral.

3.2.1 Avaliação do desengajamento através da Teoria Social Cognitiva e da Psicologia social

A teoria social cognitiva, juntamente com a psicologia social, buscam explicar como o meio externo (social) pode influenciar o meio interno (indivíduo), revelando aqueles aspectos que podem promover um determinado tipo de comportamento. No entendimento de cada conceito, toma-se generalizadamente a psicologia social como fator externo e a teoria social cognitiva como fator interno, sendo a primeira o contexto social em que o militar está inserido e a segunda a representação das escolhas conscientes e inconscientes de sua agência moral.

Portanto, neste projeto foi estudado como esse contexto molda e propicia o comportamento do desengajamento moral no âmbito das pequenas frações da força militar, do mesmo modo que o influxo apresentado pelo meio social, que tem características específicas, pode interagir com o influxo interno, gerando comportamentos específicos no militar.

3.2.2 Avaliação do conceito de moral no meio militar

Tratando-se do meio, o ciclo social militar é marcado pela hierarquia e disciplina, padrões rígidos que são pilares para administração da força armada terrestre. O cumprimento de ordens é restrito, claro e objetivo, fato que proporciona que a gestão em situações de caos seja possível. Além disso, este meio é marcado pelo caráter punitivo de ações erradas, ou seja, aquilo que não deve ser feito, será corrigido e punido, impreterivelmente.

Já na perspectiva da Teoria Social Cognitiva, para o entendimento do fenômeno do desengajamento moral, é importante definir o que é moral e o que é imoral, de forma a compreender as peculiaridades do desengajamento e como esta estrutura social delimita o que é certo e errado.

Neste projeto de pesquisa foi estudada a aplicabilidade do conceito de moral que, por vezes, pode se tornar subjetivo e variável de acordo com o meio social observado. Com efeito, serão observadas as nuances do conceito de moral no meio militar, para entender como tal contexto influencia no desengajamento.

3.2.3 Avaliação da construção psicológica de autorregulação do militar

O processo de construção psicológica de autorregulação ocorre durante as etapas de desenvolvimento dos seres humanos e corresponde a capacidade de regular seu próprio

comportamento, sendo mobilizada a partir dos desejos do indivíduo para atingir os objetivos ou metas, sendo influenciada por fatores externos ou internos. De acordo com Bandura, Azzi e Polydoro (2008, p. 58, *apud* BANDURA, 1976, 1977b; MASTERS; MOKROS, 1974), “o desenvolvimento desta função está definido como padrões comportamentais que são estabelecidos por preceito, por consequências avaliativas que acompanham diferentes desempenhos e pela exposição aos padrões auto avaliativos modelados por outras pessoas”.

A força armada terrestre é um estrato social e, por isso, capta indivíduos que integram a força com experiências, valores, traços culturais e preceitos individuais de formas diversas. A partir do momento em que o indivíduo é integrado e passa a ser um militar, convive em um meio que dá continuidade na sua formação afetiva na construção da ferramenta de autorregulação. Aquilo que lhe é falado, as autoridades que toma como exemplo e as experiências que vive continuam a construir os traços de seu perfil que influenciarão em seu comportamento.

Isto posto, considerando a importância dos mecanismos de autorregulação no contexto militar, neste projeto foi analisado como funcionam esses mecanismos e quais são as falhas específicas que podem ocorrer, considerando a construção psicológica de um militar da força. Deste modo, dada a influência do meio externo no processo de autorregulação, foi discutido em que situações a regulação do comportamento pode apresentar-se mais ou menos rigorosa em militares, tal como a relação com maior ou menor ocorrência do desengajamento moral.

3.2.4 Psicologia social aplicada aos sistemas sociais do meio militar

A psicologia social é uma área do conhecimento que corresponde ao estudo científico do modo como os pensamentos, os sentimentos e os comportamentos dos indivíduos são influenciados pelo meio externo, seja pela presença, concreta ou imaginada, de terceiros.

Assim, a partir da premissa que as estruturas sociais do meio militar, mais especificamente o meio externo e o ambiente de trabalho, podem influenciar os mecanismos de autorregulação e propiciar a ocorrência do desengajamento, neste projeto foi investigado quais são os fatores componentes que geram o produto do comportamento humano e como o influxo externo, ou seja, o ambiente coletivo que o militar vive, pode impactá-lo e incliná-lo a tomar decisões imorais ou cometer desengajamento moral.

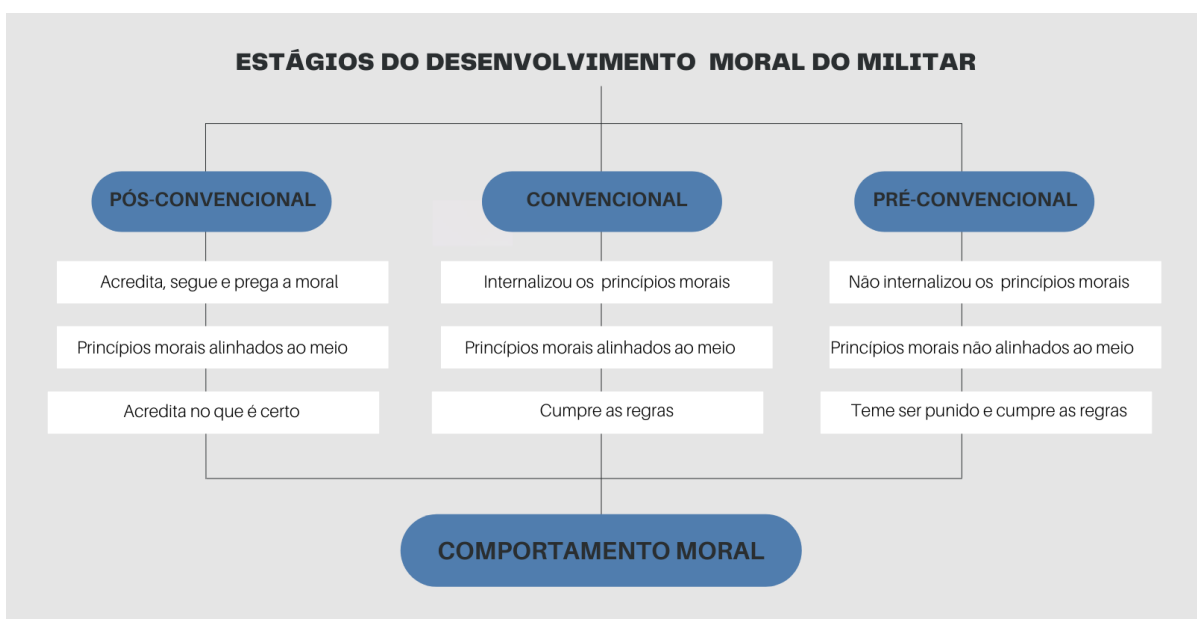
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir da compreensão dos conceitos de moral, desenvolvimento do raciocínio moral, desenvolvimento e construção cognitiva do sistema de agência moral e autorregulação, pode-se deduzir que estes fatores estão correlacionados com as influências internas e externas, as quais estão diretamente relacionadas aos resultados do comportamento do militar.

No âmbito militar, a ética é composta por virtudes, princípios e valores previstos na Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, especialmente em sua seção II. O sentimento do dever, pundonor militar e decoro da classe impõe aos militares, conduta moral e profissional irrepreensível (BRASIL, 1980). Indubitavelmente, os preceitos da ética militar devem ser seguidos, impreterivelmente, de acordo com as normas e valores legais.

Também a moralidade de certo e errado é bem definida no meio militar, com delimitação inquestionável do que pode ou não pode ser feito, entretanto diferentes comportamentos podem ser observados, visto que é inegável que cada militar possui traços cognitivos diferentes, da mesma maneira que as características singulares do seu desenvolvimento moral, são fatores que podem impactar significativamente seu comportamento frente a um dado conflito. A Figura 3, descrita a seguir, apresenta uma correlação entre os diferentes estágios de desenvolvimento moral descritos por Kohlberg (1992) e os mecanismos envolvidos para o desfecho do comportamento moral.

Figura 3 - Correlação entre os diferentes estágios de desenvolvimento moral de Kohlberg (1992) e os mecanismos envolvidos para o desfecho do comportamento moral militar.

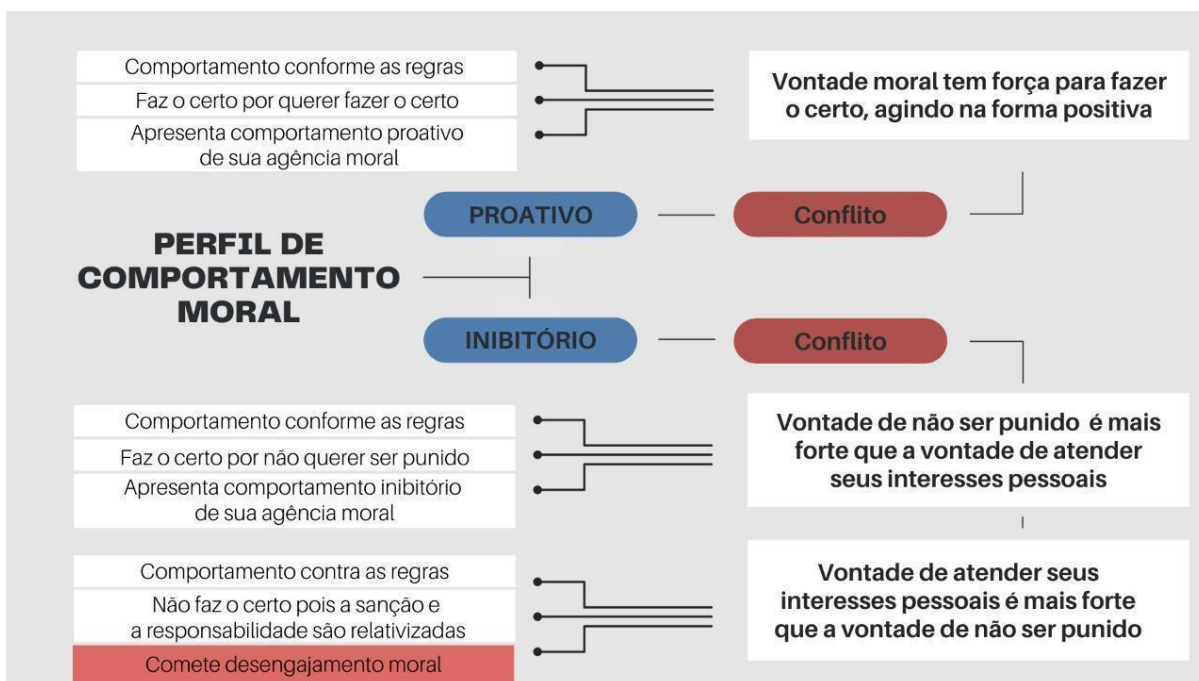


Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Kohlberg (1992).

Logo, quando o militar acredita, segue e prega a moral que é defendida nesse sistema, seus princípios estão alinhados com o meio, gerando um comportamento de fazer o que é certo por acreditar que é certo e não fazer o que é errado porque acredita que é errado. Por outro lado, em maior ou menor grau, quando as crenças morais do militar não estão alinhadas com o meio, existe a possibilidade de um comportamento direcionado para não fazer algo por acreditar que é errado, pelo fato de não querer sofrer as sanções relacionadas a este ato.

Por conseguinte, dada a complexidade do tema, a grande diferença entre os comportamentos supracitados é que o primeiro perfil faz o certo de acordo com as regras por acreditar nestas, enquanto o segundo perfil continuamente se mantém vigilante para não fazer o que é errado, já que não deseja sofrer as sanções previstas. Este fato denuncia a relevância do estudo destes mecanismos que deflagram o fenômeno do desengajamento moral, os quais estão apresentados na Figura 4, descrita a seguir, que demonstra o mapa conceitual de como estes perfis se comportam frente ao conflito.

Figura 4 – Perfil de Comportamento Moral e seus desfechos frente ao conflito.



Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Bandura (1999) e De La Taille (2006).

Desse modo, é possível identificar dois principais perfis de comportamento, o proativo e o inibitório, sendo que cada um destes poderão comportar-se de formas distintas frente a um conflito. Diante disso, resgatando o conceito de conflito na moralidade de De La Taille (2006), quando o perfil proativo se depara com um conflito, se comporta conforme as regras,

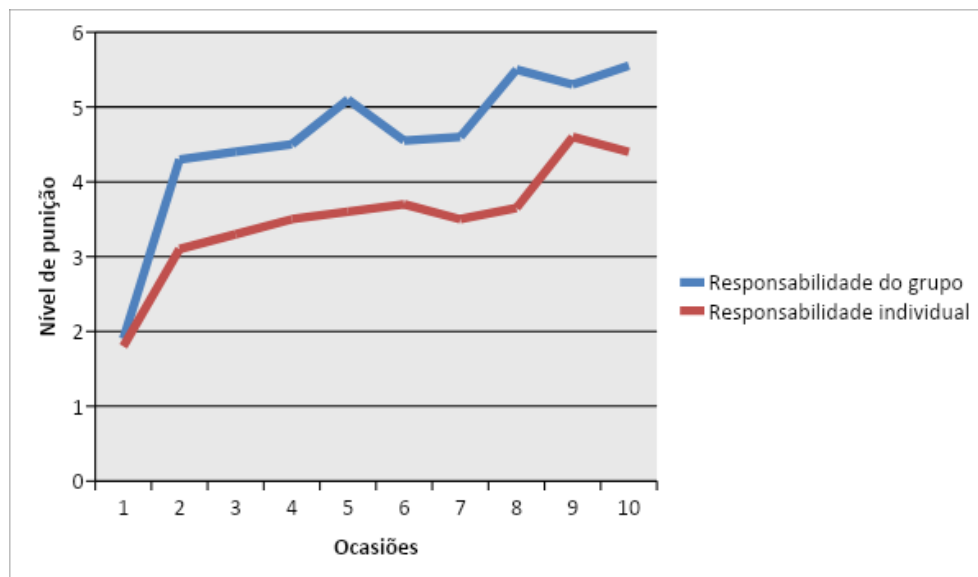
fazendo o certo, denotando o comportamento proativo de sua agência moral, já que sua vontade moral tem força para fazer o certo, agindo de forma positiva.

Já o perfil inibitório poderá se comportar de distintas formas, a depender do contraste do conflito com seus interesses pessoais, já que o principal mecanismo que impede de agir imoralmente é a vontade de não ser punido, sobrepondo-se à vontade de atender seus interesses pessoais. Por outro lado, quando agir moralmente, sua vontade de não ser punido pela força dissuasiva que a punição representa o faz agir de forma certa, mas pela perspectiva de não fazer o errado. Ou seja, configura-se o comportamento inibitório de sua agência moral, com força para não fazer o errado. Entretanto, quando as condições dos mecanismos do desengajamento moral se fazem presentes, seja qual mecanismo for, caso a vontade de atender seus interesses pessoais seja a força maior, o militar comete o desengajamento moral, pois sua punição e principalmente sua responsabilidade passam a ser relativizadas.

Entendido o papel do meio interno no fenômeno do desengajamento, neste ponto, importa discutir, pela ótica da psicologia social, a influência do meio externo, considerando que este é um dos fatores componentes que geram o produto do comportamento humano. Segundo Bandura, Azzi e Tognetta (2015), este influxo nada mais é do que o coletivo no qual o militar convive e o que pode incliná-lo a tomar decisões imorais ou cometer desengajamento moral. Com efeito, depreende-se que um grupo coeso e estruturado, com liderança que dá exemplo para as ações do grupo, representará um influxo que impede que os militares integrantes cometam desengajamento moral, através do processo de socialização. Por outro lado, o contrário também é verdade. Um grupo que possui distorções do conceito da moralidade pode inclinar um militar a cometer desengajamento, que individualmente poderia estar menos inclinado a tomar esta decisão.

Da mesma forma, o coletivo está mais propenso a desengajar-se devido ao chamado efeito “manada”, que consiste em comportar-se de tal forma porque todos os outros do grupo a qual se pertence se comportam desta maneira, justamente devido ao mecanismo de difusão de responsabilidade e sensação de anonimato. O Gráfico 1, apresentado a seguir, revela o papel do nível de punição aplicado em ações desengajadas em atos coletivos e individuais, diretamente proporcional à gravidade desses atos.

Gráfico 1 – Desinibição da agressão através da difusão de responsabilidade e desumanização das vítimas



Fonte: BANDURA, A.; UNDERWOOD, B.; FRONSOM, M.E. Disinhibition of aggression through diffusion of responsibility and dehumanization of victims. Underwood & M.E. Fransom, Academic Press, **Journal of Researching Personality**, v. 9, p. 260, 1975.

Percebe-se, portanto, que o coletivo não só adiciona peculiaridades do produto do comportamento dos militares, como também propicia que atos ainda mais graves sejam cometidos, devido ao mecanismo de desengajamento moral de difusão de responsabilidade.

A influência externa é apenas um dos elementos que impactam o comportamento humano, sendo também influenciado pelas experiências vividas pelo sujeito em seu ambiente social. Desta forma, no médio e longo prazo, o influxo externo se combina com as premissas de moral e se tornam parte do seu consciente e inconsciente para os processos auto avaliadores, tornando-se o novo influxo interno futuro.

Os perfis comportamentais traçados, proativo e inibitório, tem aspecto dualista teórico em dois extremos bem separados. Entretanto, o estrato social que compõe os militares possui pessoas com diversos traços e construções cognitivas diferentes, que reagem ao meio social diferentemente, formando produtos de comportamento diferentes. O perfil proativo com todos os aspectos da moralidade é quase utópico e representa um quantitativo ínfimo deste grupo. O restante do coletivo está gradualmente distribuído nas diversas possibilidades de perfis entre o proativo e o inibitório.

O militar que comete o desengajamento moral deve apresentar o traço inibitório, mas cada caso é composto de diferentes variáveis. Um perfil inibitório pode se desengajar em um contexto enquanto outro perfil inibitório não se desengajaria no mesmo contexto, devido às diferentes construções cognitivas, exposição ao coletivo e capacidade da agência moral. Além

disso, o militar está exposto a situações de combate e estresse que degradam a moral, ou seja, pressões psicológicas e fatores estressores podem inclinar o militar a desengajar-se.

O perfil inibitório que apresenta pouca vontade moral representa um risco para as forças armadas, pois existem traços morais que podem ser ratificados e outros imorais que devem ser retificados. Entretanto, traços de desvio de caráter podem ser pouco mutáveis, por tratar de questões enraizadas desde o início da formação psicológica da pessoa.

Segundo Bandura (1986), a autorregulação corresponde à capacidade do indivíduo de regular seu próprio comportamento e, no meio militar está sob direta influência das experiências que se vive no ambiente de trabalho. Bem se observa que este ambiente é propício para o desenvolvimento moral e discussões que promovam a moralidade, proporcionando que o militar internalize esses dados e passe a usá-los para autoavaliação e também em processos de socialização no coletivo.

Por essas razões, o coletivo representa força potencializadora no meio militar, já que sua ação, através do processo de socialização, muitas vezes pode fazer com que um militar do grupo ou uma representativa minoria tome uma decisão que não tomaria por si só. Tratou-se anteriormente da capacidade de maior inclinação do coletivo a potencialmente desengajar-se, juntamente ao fato de cometer atos mais graves. Por outro espectro, o inverso também é verdade. Da mesma forma que o coletivo pode inclinar o militar a desengajar-se, ele também pode incliná-lo a engajar-se.

Por isso, um grupo coeso, bem estruturado moralmente, com um comandante que norteie as ações pautadas eticamente e que fomente ações morais, impede que uma minoria cometa desengajamento, graças ao processo de socialização. As construções pessoais que se dão ao longo do tempo, por influências externas morais, se tornam as influências internas morais que podem promover o engajamento moral do sujeito em situações de conflito.

Peron e Dias (2017), estudaram a banalização da violência em conflitos contemporâneos e investigaram a incidência de desengajamento moral em operadores de drones. Os autores questionaram a ocorrência do desengajamento moral na mediação técnica entre os operadores através do controle remoto, sendo possível inferir que o distanciamento físico em relação ao campo de batalha poderia ser capaz de induzir o operador ao desengajamento.

É importante observar que a evolução dos combates modernos fez com que surgissem tecnologias como os drones, inicialmente propostos para vigilância do inimigo sem comprometer os integrantes de inteligência, mas que posteriormente foram aparelhados com

armamentos de diversos tipos, possibilitando também a execução de missões por controle remoto para atingir alvos militares.

Os autores supracitados ainda chamam de resistência o sentimento de não querer matar ou então a repulsa aos atos deste gênero. Portanto, é possível inferir que a intermediação remota pode ser capaz de romper essa resistência, evidenciando a presença de mecanismos de desengajamento, como distorção das consequências. A distância física entre o operador e as pessoas que são mortas pelo drone representa uma experiência completamente diferente da experiência de estar presente e ceifar a vida das mesmas pessoas por um método que demanda o contato físico.

Isto não significa que o operador de drone necessariamente comete o desengajamento, mas que o contexto no qual está inserido, seu meio, dentro de todos os conceitos de psicologia social já trabalhados, se configura como um elemento facilitador para o desengajamento. O estudo apresenta ainda que há uma desconexão emocional do operador com relação ao seu ato de violência, com baixos índices de estresse nesse estilo de combate.

Além disso, importa colocar atenção a um novo conceito que se adapta ao mecanismo de desengajamento, através da linguagem eufemística. Visão noturna, térmica e infravermelho tornam as pessoas, que são alvos, em algo mais figurativo, configurando o que os autores tratam por “eufemismos visuais”. A Figura 5, a seguir, demonstra a visão do operador.

Figura 5 – Visão Termal dos operadores de drones.



Fonte: Applus+ - Divisões Energy & Industry e IDIADA, 2019. Imagem disponível em [https://www.applus.com/br/pt/what-we-do/service-sheet/vigil%C3%A2ncia-a%C3%A9rea-com-drones-\(vant\)](https://www.applus.com/br/pt/what-we-do/service-sheet/vigil%C3%A2ncia-a%C3%A9rea-com-drones-(vant)). Acesso em 21/01/2022.

Não obstante, no caso em tela, ainda evidencia-se o mecanismo de difusão de responsabilidade, em que o operador de sensores marca o alvo e direciona o disparo e o piloto é responsável pelo disparo, configurando a sensação de divisão da responsabilidade entre dois sujeitos.

Juntamente com a desconexão emocional, três mecanismos diferentes de desengajamento podem atuar neste meio: difusão de responsabilidade, linguagem eufemística e distorção das consequências. Por isso, cresce de importância a seleção criteriosa de quem ocupa tais funções, pois o desengajamento moral nestes casos resulta em números excessivos de mortes em combate, de forma duvidosa e banalizada.

Já Barnes e Leavitt (2010), no artigo “Desengajamento Moral: Por que Bons Soldados Cometem Más Ações?” discutem a questão da reinterpretação da conduta no sistema autorregulatório do militar e como esse sistema pode levar ao desengajamento. Trata-se justamente da crença de que as atitudes desengajadoras atinjam um objetivo ético superior, sobretudo aquelas que envolvem o mecanismo da justificativa moral.

Além disso, o contexto apresentado pelos autores denota a presença de pelo menos dois mecanismos de desengajamento, pois a construção de ideias é conduzida à compreensão de que o mecanismo de desengajamento da linguagem eufemística é o meio pelo qual o militar justifica moralmente seus atos e comete o desengajamento através de um segundo mecanismo além da linguagem eufemística.

O mecanismo de desengajamento de linguagem eufemística é comumente observado como caminho para outros mecanismos de desengajamento moral no meio militar, como outros casos que são citados pelos autores, como comparação vantajosa, transferência de responsabilidade e difusão da responsabilidade.

Com relação à comparação vantajosa, esta pode ser explicada no clássico movimento de apontar ações do inimigo como mais cruéis do que as que são praticadas pelas tropas amigas e, assim, justifica-se a crueldade, para atingir a utopia de um objetivo ético superior.

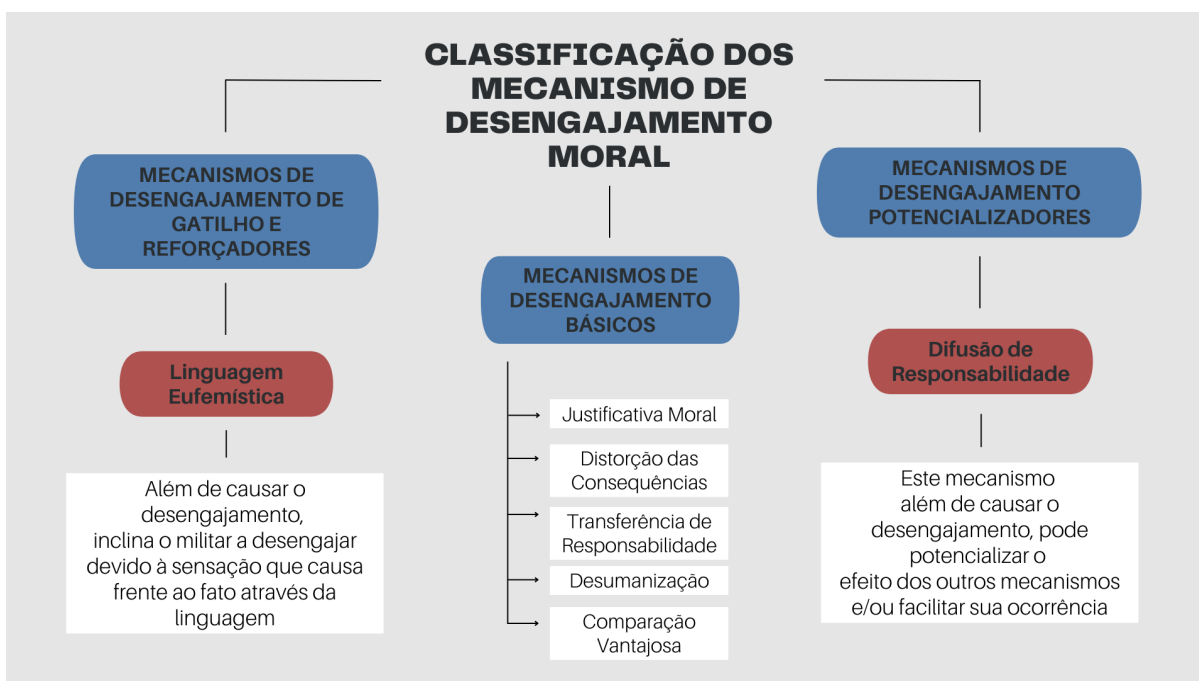
Já a transferência de responsabilidade está presente na sensação de não sentir-se inteiramente responsável pelos seus atos, tratando da premissa de somente cumprir ordens, fato alegado por diversos militares em diferentes casos.

Finalmente, a difusão de responsabilidade é a tratativa trabalhada anteriormente quanto ao risco que o coletivo tem na inclinação a se cometer o desengajamento e a gravidade desses atos, mecanismo que pode potencializar os efeitos e consequências de outros mecanismos que levam ao desengajamento.

O desengajamento moral toma diferentes formas, como observado nestes dois artigos estudados. Com distância física, como no caso dos operadores de drones, ou sem distância física, como no caso dos soldados em guerra, ambos os grupos estão expostos a diversos tipos de mecanismos de desengajamento.

O estudo sobre os bons soldados que cometem más ações evidencia uma configuração interconectada dos mecanismos de desengajamento (BARNES; LEAVITT, 2010). Portanto, infere-se a reflexão de três classificações dos mecanismos de desengajamento de Bandura, Azzi e Tognetta (2015), conforme apresentado na Figura 6, a seguir.

Figura 6 – Classificação dos mecanismos de desengajamento moral.



Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Bandura, Azzi e Tognetta (2015).

No mesmo sentido, a linguagem eufemística já se tornou parte do dialeto dos militares, com papel facilitador no trabalho difícil que deva ser realizado na guerra, por suavizar as consequências de conflitos armados. Mas deve-se atentar para seu uso, pois a banalização dos acontecimentos através do eufemismo possibilita o desengajamento ou então passa a justificá-lo.

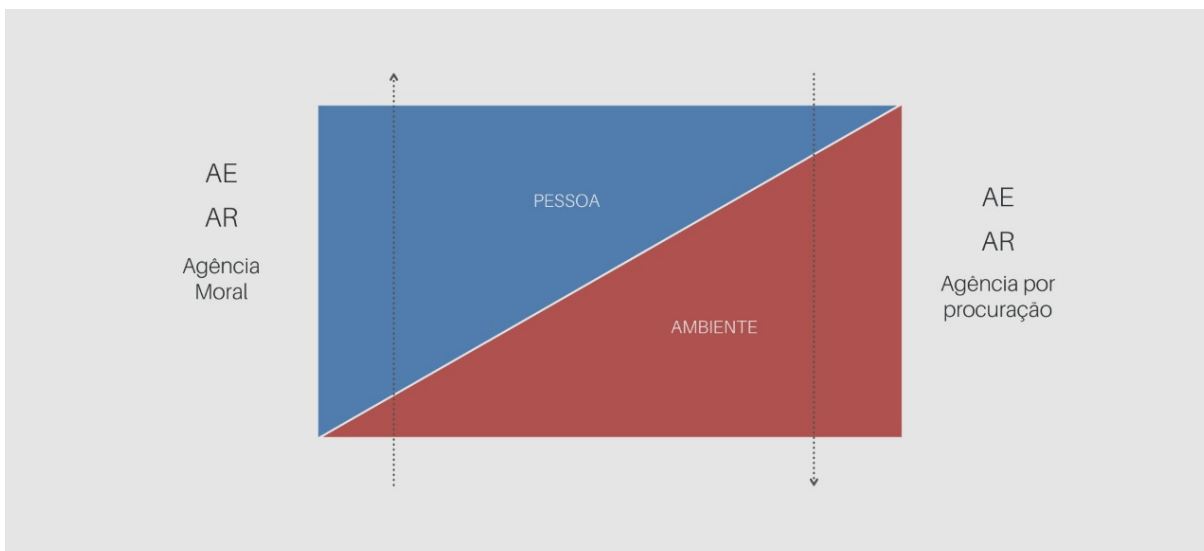
A justificativa moral, comparação vantajosa, deslocamento de responsabilidade, distorção das consequências e a desumanização são mecanismos clássicos que desengajam o militar. A difusão de responsabilidade é o mecanismo que carece de atenção, devido ao seu fator potencializador do desengajamento, como discutido anteriormente no Gráfico 1.

Por conseguinte, pode-se inferir que a presença de dois ou mais mecanismos de desengajamento no mesmo conflito situacional não é incomum, de forma que os mecanismos se relacionem entre si de forma a levar ao desengajamento através da linguagem eufemística, cometer o desengajamento por diversos mecanismos, e ainda ter seus efeitos potencializados pela ação do coletivo.

Destarte, a reflexão mais importante apontada por Barnes e Leavitt (2010) é como impedir o desengajamento moral, através do controle do desdém, aumento da responsabilidade, criação de um centro de controle interno, concentração nos benefícios e prejuízos das ações presentes. Por último, os autores alertam sobre o uso da linguagem eufemística, elemento potencialmente desengajador.

De acordo com as reflexões, pode-se depreender a direta relação entre as influências internas e externas que levam ao comportamento humano. O produto da conduta humana, por vezes, está mais condicionada ao influxo externo e, por vezes, está mais condicionada ao influxo interno, como apresentado na Figura 7, a seguir.

Figura 7 - Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral na relação entre influxos internos e externos.



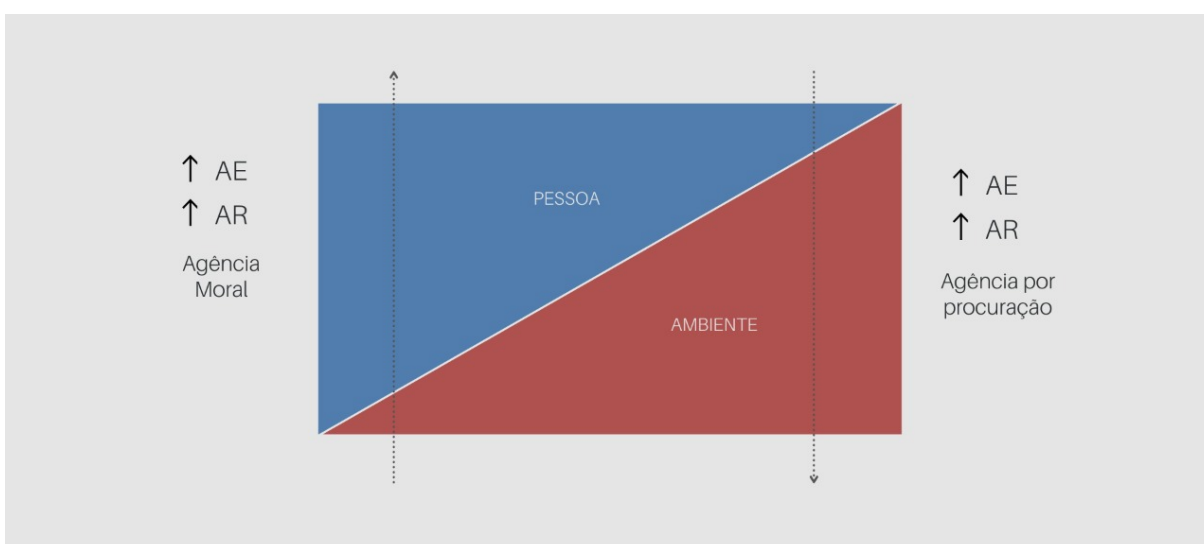
Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Bandura (1986). AE: mecanismos de autoeficácia; AR: mecanismos de autorregulação.

Desta forma, a relação entre os dois influxos se torna inversamente proporcional, ou seja, quanto mais o produto da conduta humana se encontra deslocado para a direita, mais é influenciado pelo influxo externo e o ambiente em que está inserido, caracterizando um baixo impacto da autoeficácia e da autorregulação. Por outro lado, quanto mais o produto da

conduta humana se encontra deslocado para a esquerda, mais é influenciado pelo influxo interno e suas construções cognitivas próprias, caracterizando maior influência da autoeficácia e da autorregulação.

Neste racional, os influxos internos e externos podem ser positivos e/ou negativos e quanto maior for a capacidade da agência moral do indivíduo, ou seja, a representação do influxo interno positivo e moral, mais ele será capaz de rejeitar influxos externos negativos, imorais e desengajadores, além de ser capaz de ratificar influxos externos positivos e morais. Através da perspectiva de ações morais, observa-se a possibilidade de engajamento moral tanto pelo influxo interno quanto pelo influxo externo, como apresentado na Figura 8, a seguir.

Figura 8 - Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral na relação entre influxos internos e externos nos casos de engajamento moral.

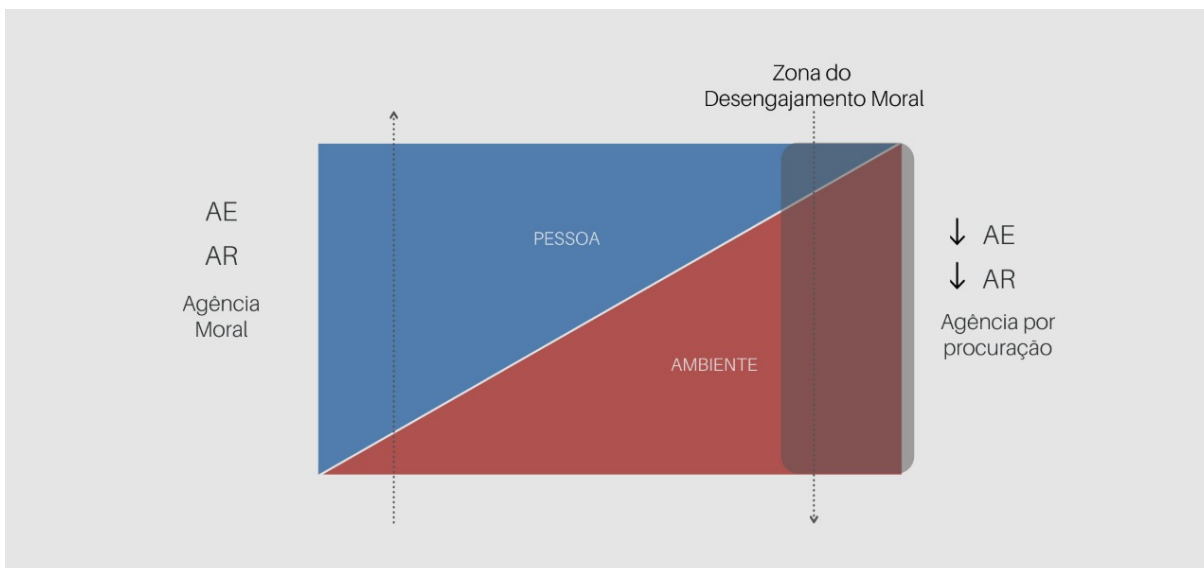


Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Bandura (1986). AE: mecanismos de autoeficácia; AR: mecanismos de autorregulação.

Em ambos os extremos da figura apresentada acima, existe a presença positiva e reguladora dos mecanismos de autoeficácia e autorregulação, ou seja, através do influxo externo (deslocamento para direita), estes mecanismos se apresentam pela agência por procuração, quando a regulação se dá em grande parte pela influência externa. Por outro lado, através do influxo interno (deslocamento para a esquerda), os mecanismos se apresentam pela agência moral, quando a regulação se dá em grande parte pela influência interna.

Na ótica de ações imorais, pode-se depreender dois contextos de desengajamento, apresentados nas figuras 9 e 10, a seguir.

Figura 9 - Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral com influxo externo negativo.

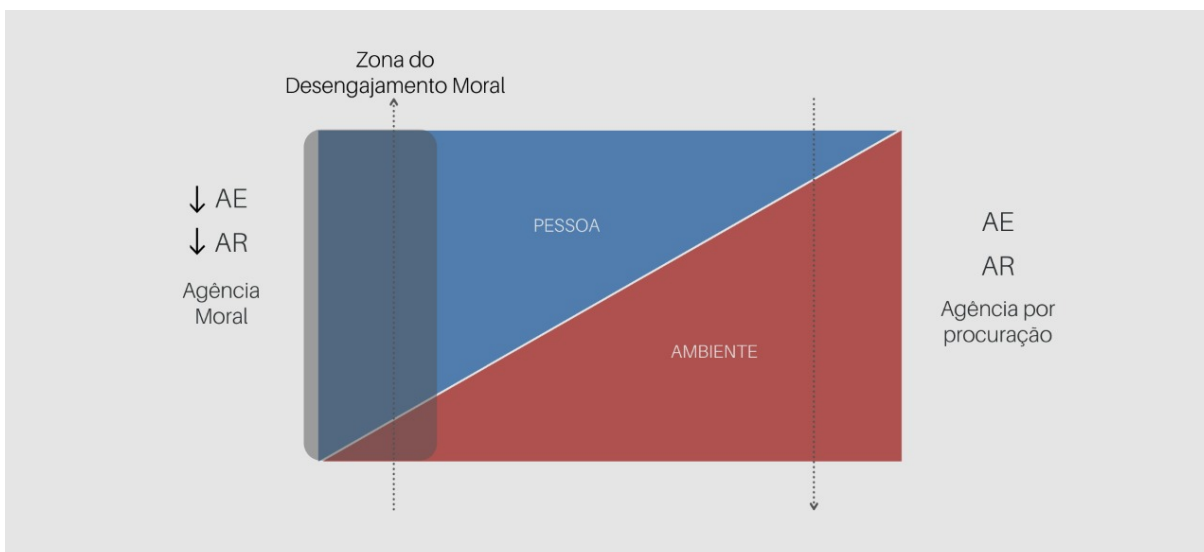


Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Bandura (1986). AE: mecanismos de autoeficácia; AR: mecanismos de autorregulação.

Na primeira construção, o indivíduo apresenta baixo nível de autoeficácia e autorregulação, com deslocamento para a área de influência do influxo externo. Considerando este influxo externo como negativo, o produto do comportamento humano ficará refém dos processos de desengajamento moral, pois não será capaz de rejeitar a imoralidade devido à fraqueza da agência moral do sujeito. Além disso, esse indivíduo pode ser facilmente influenciado pelo coletivo, representando fatores potencializadores do desengajamento que causam danos ainda maiores.

Já na segunda construção, o indivíduo apresenta maior nível de autoeficácia e autorregulação, com deslocamento para a área de influência do influxo interno, como apresentado na Figura 10, a seguir.

Figura 10 - Impacto dos fatores da reciprocidade triádica no comportamento moral com influxo interno negativo.



Fonte: Adaptado com base nos constructos teóricos de Bandura (1986). AE: mecanismos de autoeficácia; AR: mecanismos de autorregulação.

Nesta configuração, as construções cognitivas próprias do sujeito apresentam maior influência no produto do comportamento humano. Na construção, considerando que o influxo interno é negativo e imoral, a agência moral se encontra deturpada, a vontade moral para engajar-se pouco ou nem se faz presente, sendo normalmente representado pelo perfil inibitório nas suas vontades.

À guisa de conclusão, com base nas reflexões teóricas acerca das correlações entre os mecanismos de regulação e os influxos de influência, denota-se que as variáveis que influenciam no resultado do comportamento humano dependem de diversas condicionantes em ambos os espectros de influência, tanto externo quanto interno. Outrossim, a condição ideal é representada pelo engajamento moral e inclinação positiva em ambos os espectros, pois desta forma seria possível abarcar todos os tipos de perfil presentes entre um extremo e outro.

Barnes e Leavitt (2010), ao discutir os motivos do desengajamento moral de bons soldados, trataram da importância do conceito de centro de controle interno, mostrando que uma crença dominante dos eventos ocorridos são resultado de fatores aleatórios e não de ações próprias, podendo-se antever o aumento do desengajamento moral. Isto significa que quando o indivíduo acredita que não tem controle significativo dos resultados do ambiente em que está inserido, tende a diminuir a capacidade de sua agência moral e acaba por cometer mais desvios de conduta desengajadores.

A partir desses elementos, é possível problematizar que a configuração do contexto no qual o indivíduo está inserido e os fatores aos quais está exposto pode influenciar no produto do seu comportamento. Ademais, juntamente com os influxos internos e externos, existem situações diretamente relacionadas à motivação humana que interferem no resultado do comportamento.

Cabe aqui acrescentar os conceitos propostos de Maslow (1954), que demonstrou a direta relação entre a motivação e o atendimento das necessidades humanas para que o indivíduo tenha as melhores condições psicológicas para desempenhar seu trabalho e função. Deste modo, quando estas necessidades não são atendidas, principalmente aquelas entendidas como básicas (condições mínimas fisiológicas como sono, comida e água), o militar tende a sofrer degradação moral, que pode levar ao desengajamento moral. Ambientes de estresse de combate em que não é incomum a dificuldade logística de água e comida, além da desregulação do sono, representa a configuração que propicia desengajamento moral.

4.1 PERSPECTIVAS PARA PREVENIR A OCORRÊNCIA DO DESENGAJAMENTO MORAL

O referencial teórico apresentado neste trabalho aponta a inter-relação entre os conceitos de moral, desenvolvimento do raciocínio moral, desenvolvimento e construção cognitiva do sistema de agência moral, revelando que cada um destes fatores estão correlacionados com as influências internas e externas, as quais estão diretamente relacionadas aos resultados do comportamento do militar. Neste mesmo diapasão, encontramos terreno propício para discutir quais são as melhores opções para prevenir o desengajamento moral no âmbito de pequenas frações do Exército Brasileiro.

É fato que, quando o fenômeno do desengajamento moral já ocorreu, apenas é passível da aplicação de punições, que se caracteriza como uma solução pós fato de caráter administrativo. Portanto, é crucial o entendimento de como promover o engajamento moral, em prol da preservação de vidas humanas e anulação da ocorrência do uso excessivo de violência.

A partir da ótica da psicologia social, o produto do comportamento humano é entendido pela combinação entre as influências dos meios interno e externo. Cada indivíduo apresenta o comportamento de forma variada em diferentes contextos, podendo ser mais influenciado pelo influxo externo ou então pelo interno (BANDURA, 2008). De qualquer modo, quando ambos os pontos representam influências positivas e engajadoras, o ambiente

se torna muito menos propenso ao desengajamento moral. Sendo assim, a combinação feita de uma agência moral forte com um ambiente que promove a moral, representa a configuração ideal na necessidade dos trabalhos das forças armadas.

Entretanto, diversas variáveis estão presentes no processo que gera o comportamento humano. A combinação de diferentes pessoas, com diferentes perfis, por vezes trabalhando juntas, em contato com diversos ambientes de trabalho e com agências morais de formação distintas, denota inúmeras possibilidades de comportamento humano, tanto para o desengajamento, quanto para o engajamento. Estes aspectos não são completamente palpáveis e podem fugir ao controle do comandante da fração no espectro de micro resultados. Por outro lado, os macro resultados são mais tangíveis e passíveis de gerar resultados engajadores.

Barnes e Leavitt (2010), tratam de ações promovidas pelo comandante de pequena fração que pode auxiliar no processo de diminuição da ocorrência do desengajamento moral. Em seu primeiro ponto, tem-se o controle do desdém. Esta ideia força representa a manutenção do profissionalismo nas operações militares, de forma que os integrantes da fração não apresentem ódio exacerbado que pode acabar por gerar erros nos procedimentos e condutas na missão.

Por segundo, apresenta-se o aumento da responsabilidade, de forma que o indivíduo não seja capaz de eximir-se das consequências de seus atos, promovendo o melhor controle das ações desengajadoras, pois o indivíduo passa a se policiar mais pelo aumento da responsabilidade a ele imputada. Por último, se faz necessário a atenção com o uso da linguagem eufemística, que pode facilitar a execução da missão, mas pode levar ao desengajamento moral.

A garantia de comportamentos morais de um grupo ou fração é mais provável quando ambos os espectros de influências são engajadores, da mesma forma e grau que estes influxos podem ser desengajadores (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015). Entretanto, os ambientes nos quais as operações se dão nos dias atuais são incertos e podem apresentar variáveis difíceis de se prever, que provocam diferentes reações de acordo com os perfis de comportamento dos indivíduos da fração.

O engajamento coletivo deve sim ser promovido pelo comandante da fração e perpetuado pelos integrantes do grupo, mas é crucial o entendimento de que a conjuntura atual depende da tomada de decisão de cada integrante da fração. A responsabilidade se torna descentralizada e nem sempre o comandante será capaz de precaver e/ou fiscalizar todos os atos e comportamentos de seus subordinados. Por isso, torna-se tão importante o engajamento

moral no âmbito individual, para minimizar a tomada de decisão errada que parte diretamente do integrante do grupo e indiretamente de seu comandante de fração.

Cresce de importância a observação quanto ao centro de controle interno, que em conjunto com o aumento da responsabilidade e frequente combate ao uso de mecanismos de desengajamento, pode promover o aumento da capacidade da agência moral do indivíduo, que consequentemente eleva o seu grau de engajamento moral. O aumento da responsabilidade pode ser feito pelos sistemas estruturais da instituição e, principalmente, pelos líderes das pequenas frações. Deste modo, o militar compreende que suas ações são responsáveis pelos resultados da operação, e que sua tomada de decisão individual impacta em si e no grupo.

À luz dos achados de Henriqson *et al.* (2009), que discute os aspectos da consciência situacional, da tomada de decisão e quais os modos de controle cognitivo em ambientes complexos, depreende-se que a tomada de decisão do militar está intrinsecamente ligada à sua consciência situacional e seus modos de controle cognitivo para superar os fatores de complexidade do ambiente operacional no qual atua. As operações militares apresentam diversos fatores que pressionam o militar psicologicamente lhe causando estresse, recaindo sobre o militar a tendência à degradação moral e diminuição da profundidade de compreensão das problemáticas envolvidas nas operações.

Importa destacar que, existem determinantes do controle cognitivo que passam pela atenção, percepção, memória, tomada de decisão e resposta motora, que apresentam respostas conscientes, inconscientes ou a combinação de ambos (HENRIQSON *et al.*, 2009). A tomada de decisão descentralizada está intimamente ligada aos processos cognitivos individuais e depende dos fatores de controle cognitivo.

Por isso, quanto mais o militar estiver preparado e adestrado para que atue com atenção e alta percepção do que passa em sua volta, apresentando as respostas motoras condizentes com as necessidades da operação, mais propenso estará a tomar decisões corretas que traduzem o resultado de seu comportamento. Neste sentido, o treinamento e aumento da capacidade de controle cognitivo pode diminuir os efeitos da degradação moral e dirimir a diminuição da profundidade de compreensão das problemáticas por parte do militar, tornando-o mais propenso a agir alinhado com as condutas morais.

Partindo do entendimento da importância do controle do desengajamento moral através do nível individual, configura-se um grupo coeso que está integrado por participantes que apresentam uma agência moral fortalecida. Com efeito, um grupo engajado é fruto de indivíduos engajados, que integrados apresentam resultados coletivos alinhados com a moral.

É inegável o poder do coletivo e como ele interfere na tomada de decisão de um indivíduo em dissonância do grupo e, como visto anteriormente, o coletivo pode levar um integrante ao desengajamento moral. Entretanto, da mesma forma é possível o caminho contrário. Dentro dessa ótica, um grupo coeso e alinhado com a moral pode socializar um integrante inclinado ao desengajamento moral e tornar o produto de seu comportamento alinhado com a moral. Por vezes esse processo abarca a socialização de um indivíduo que apresenta o perfil inibitório, que sozinho pode tomar decisões que levem ao desengajamento, o que demonstra a importância da ação por diversas frentes para a promoção do engajamento moral, para que o comportamento humano seja conduzido para resultados moralmente corretos, seja pelo grupo ao qual o militar pertence, pela formação de seus valores, pela responsabilidade que lhe é atribuída e/ou aumento da capacidade de agência moral.

Bandura (2006) revelou a necessidade de avaliar a contribuição singular dos fatores sociocognitivos categóricos quando deles é parcial a influência da propensão ao desengajamento moral. Este resultado revela a não identificação desses traços nos indivíduos que compõem a força armada, devido aos métodos utilizados no processo seletivo destes indivíduos. Isto pode estar associado à integração de militares nas fileiras do Exército Brasileiro que tem marcas de comportamento em sua agência moral dificilmente mutáveis, justamente pela natureza de sua formação enquanto pessoa e o desenvolvimento de caráter durante toda a vida.

Isto posto, uma das medidas de diminuição do desengajamento moral no âmbito de pequenas frações é a intervenção nos métodos de seleção dos integrantes da força nesses grupos, através de aferições psicométricas que sejam capazes de identificar e delinear a possibilidade de integração do indivíduo na força com base em sua formação psicológica e sua tendência ao desvio de caráter e desengajamento moral.

Em operações militares as condições de estresse são elevadas e a pressão que recai sobre o indivíduo alcança níveis que podem alterar seu comportamento. Isto posto, a pirâmide de Maslow (1943) apresenta os níveis de necessidades humanas que, quando atendidas, favorecem a autorrealização plena. Quando o indivíduo tem suas necessidades insatisfeitas ou não as consegue cumprir, isto pode implicar em reações negativas em seu comportamento. Com efeito, o militar que é mais sensível ao não atendimento de suas necessidades, principalmente suas necessidades básicas fisiológicas como sono, comida e água, pode estar mais propenso a cometer o desengajamento.

Além disso, Kohlberg (1963) postulou sobre os níveis de desenvolvimento moral, apontando que os níveis mais avançados seriam capazes de favorecer a tomada de decisão

moral dentro de uma capacidade de compreensão da moral e justiça mais ampla que os demais.

Na conjuntura das operações, o militar pode ter um melhor desenvolvimento moral quando tem suas necessidades da Pirâmide de Maslow atendidas, o que faz com que seu comportamento esteja alinhado com a conduta moral. O militar que apresenta deficiências no atendimento de suas necessidades da pirâmide recai sobre a degradação moral, diminui sua consciência situacional e sua capacidade de tomada de decisão, tornando-o mais propenso ao desengajamento moral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desengajamento moral ocorre quando indivíduos se distanciam de seus padrões morais para infligir ações danosas a outros, sem que sintam culpa pelos seus atos. Neste estudo de revisão narrativa da literatura foi possível demonstrar que este é um importante fenômeno enfrentado pelas forças armadas e que atinge o amplo espectro dos recursos humanos, sendo influenciado por fatores internos e externos, os quais atuam no processo decisório comportamental que levam ao desengajamento ou engajamento moral.

O meio no qual o militar convive é capaz de alterar o seu comportamento, tanto para o bem quanto para o mal. Em ambientes complexos e com muitos fatores estressores, o alinhamento moral de um fração poderá ser determinante nas ações coletivas e individuais. O coletivo abarca comportamentos instintivos e dotados de pouco processo racional para a tomada de decisão, por isso, o grupo e seus integrantes se comportarão pelo o que são, e não somente por aquilo que lhes é dito para ser feito.

A capacidade de tomada de decisão individual é inerente a todo militar e deve ser trabalhada. Frações são formadas por homens, da mesma maneira como homens coesos e morais dão origem a frações coesas e morais. A agência moral, que abarca a autorregulação e a autoeficácia, denota os processos cognitivos palpáveis que o militar é capaz de atuar em sua plenitude, para que sua motivação para fazer o bem e juízo moral sejam gozadas em sua inteireza.

Os mecanismos que levam ao desengajamento moral são processos psicológicos viciosos e por vezes inconscientes, por se tornarem comuns. Quando presentes no meio militar, os resultados podem ser deploráveis. O desengajamento começa na ponta da linha, por isso a importância do monitoramento deste fenômeno por esta perspectiva. O meio militar nada mais é do que um extrato social, humano e falho. Tomar conhecimento deste fato possibilita que os recursos humanos da força armada terrestre sejam melhor selecionados, formados e orientados, em prol do engajamento moral em nível institucional.

Isto posto, existem ferramentas que quando utilizadas em combinação, podem ser capazes de minimizar e dirimir a ocorrência do desengajamento moral com sensível significância. O controle do desdém, criação de centro de controle interno, novas medidas psicométricas em processos seletivos, aumento da responsabilidade, consciência situacional, entendimento das necessidades humanas que em falta levam à degradação moral e o monitoramento do coletivo e do individual, são ferramentas transformadoras que podem ser

utilizadas em nível institucional e, principalmente, pelos comandantes das pequenas frações, devido à proximidade com os subordinados e controle sobre suas atividades e missões.

O desengajamento militar tem duas características principais. A primeira são as consequências que levam a mortes. A segunda é a rapidez com que as tomadas de decisão acontecem, que fletem para o engajamento ou o desengajamento moral, decisão a qual por vezes não está no comandante da pequena fração, mas descentralizada em seus comandados devido à natureza das operações militares nos dias atuais. Por isso, é importante que o comandante de pequena fração entenda o comportamento de seus subordinados, para que possa oferecer-lhe subsídios que o guiem no seu processo de tomada de decisão.

A literatura abarca ensinamentos de psicologia que traçam o comportamento humano em várias óticas diferentes. A teoria social cognitiva, desenvolvimento do raciocínio moral, necessidades humanas e casos concretos estudados dão base científica e empírica para o entendimento do comportamento humano e principalmente do comportamento de um militar. Por isso, cresce de importância a criação de novas medidas psicométricas para avaliação de perfil psicológico, tal como consequentes estudos para delinear os perfis dos integrantes da força, de natureza igual aos novos adestramentos no que tange a constructos cognitivos que auxiliem no processo de tomada de decisão e discussões sobre o tema.

Comandar homens é um arte que depende de flexibilidade, empatia, esmero e dedicação. O homem é volátil, mutável e dono de possíveis resultados que são demasiado complexos para se mensurar de forma genérica. Cabe ao comandante, líder de sua fração, guiar seus subordinados para o caminho do dever e conduta moral, valores éticos que assentam o trabalho de toda uma força terrestre da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALLPORT, G. W. The historical background of social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), **The handbook of social psychology** (2. ed., v. 1, p. 1–46). Reading: Addison-Wesley, 1985.
- APPLUS. **Applus Brasil**, 2022. Vigilância aérea com drones (VANT). Disponível em: [https://www.applus.com/br/pt/what-we-do/service-sheet/vigil%C3%A2ncia-a%C3%A9rea-com-drones-\(vant\)](https://www.applus.com/br/pt/what-we-do/service-sheet/vigil%C3%A2ncia-a%C3%A9rea-com-drones-(vant)). Acesso em: 12 de janeiro de 2022.
- AZZI, R. Desengajamento Moral na Perspectiva da Teoria Social Cognitiva. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 208-219, 2011.
- BANDURA, A.; UNDERWOOD, B.; FRONSOM, M. E. Disinhibition of aggression through diffusion of responsibility and dehumanization of victims. Academic Press, **Journal of Researching Personality**, v. 9, p. 260, 1975.
- BANDURA, A. Self-reinforcement: theoretical and methodological considerations. **Behaviorism**, v. 4, p. 135-155, 1976.
- BANDURA, A. Social Learning theory. **Englewood Cliffs, N.J.:** Prentice-Hall, 1977.
- BANDURA, A. **Social foundations of thought and action: A social cognitive theory.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1986.
- BANDURA, A. Selective activation and disengagement of moral control. **Journal of Social Issues**, v. 46, p. 27-46, 1990.
- BANDURA, A. Social cognitive theory of moral thought and action. In W. M. Kurtines, & J. L. Gewirtz (Ed.), **Handbook of moral behavior and development**, v. 1, p. 45-103. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1991.
- BANDURA, A. **Self-efficacy: The exercise of control.** New York: Freeman, 1997.
- BANDURA, A. Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. **Personality and Social Psychology Review** (Special Issue on Evil and Violence), v. 3, p. 193-209, 1999.
- BANDURA, A. et al. Sociocognitive self-regulatory mechanisms governing transgressive behavior. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 80, p. 125-135, 2001.
- BANDURA, A. Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. **Journal of Moral Education**, v. 31(2), p. 101-119, 2002.
- BANDURA, A. The Evolution of Social Cognitive Theory. In: K. G. Smith, & M. A. Hitt (Eds.), **Great Minds in Management.** Oxford: Oxford University Press, p. 9-35, 2005.
- BANDURA, A. Training in terrorism through selective moral disengagement. In: J. F. Forest (Ed.), **The making of a terrorist: Recruitment, training and root causes**, v. 2, p. 34-50, Westport, CT: Praeger, 2006.

BANDURA, A. Toward an agentic theory of the self. In: H. W. Marsh, R. G. Craven, & D. M. McInerney (Eds.), **International Advances in Self Research**. Self-processes, learning, and enabling human potential: Dynamic new approaches: 15-49. Greenwich, CT: Information Age Publishing, 2008.

BANDURA, A.; AZZI, R.; POLYDORO, S. **Teoria Social Cognitiva: Conceitos Básicos**. Porto Alegre: Artmed, 176 p., 2008.

BANDURA, A.; AZZI, R.; TOGNETTA, L. **Desengajamento Moral: Teoria e Pesquisa a partir da teoria social cognitiva**. Campinas: Mercado de Letras, 286 p., 2015.

BARNES, C.; LEAVITT, K. Desengajamento Moral: Por que Bons Soldados Cometem Más Ações? **Military Review, Forte Leavenworth**, Kansas, n.6 , p. 36-41, nov./dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

CORDI, C. **Para filosofar**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

HENRIQSON, E. JÚNIOR, G.; SAURIN, T.; AMARAL, F. Consciência situacional, tomada de decisão e modos de controle cognitivo em ambientes complexos. **Produção**, v. 19, n. 3, set/dez, p. 433-444. 2009.

IGLESIAS, F. Desengajamento moral. In: A. BANDURA, R. G. AZZI, & S. POLYDORO (Org.), **Teoria social cognitiva: conceitos básicos** (p. 165-176). Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

KOHLBERG, L. The development of children's orientations toward a moral order: I. Sequence in the development of moral thought. **Vita Humana**, p. 11–33, 1963.

KOHLBERG, L. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao Spain: Desclée de Brouwer, 1992.

LA TAILLE, Y. **Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 150 p., 2006.

LEWIN, K. Resolving social conflicts and field theory in social science. **American Psychological Association**, 1997.

MASLOW, A.H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, p. 370-396, 1943.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper & Brothers, 1954.

MASTERS, J .C.; MOKROS, J. R. Self-reinforcement processes in children. In: REESE, H. W. (Ed.). **Advances in child development and behavior**. New York: Academic Press, v. 9, 1974.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Ideas and their development: a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. In: MOSCOVICI, S.; DUVEEN, Gerard (Ed.). **Social representations: explorations in social psychology**. London: Polity, p. 224-286, 2000.

PERON, A. E. R; DIAS, R. B. A Banalização da Violência em conflitos contemporâneos: Uma investigação sobre a incidência de desengajamento moral em operadores de Drones (VANTs). In: GIBERT, Jorge; CANCINO, Ronald; GÓMEZ, Andrés (org). **Ciencia, tecnología y sociedad en América Latina: La mirada de las nuevas generaciones**. Santiago: RIL editores, 504 p., 2017.

POLYDORO, S. A. J.; AZZI, R. G. **Autorregulação: aspectos introdutórios**. In: A. Bandura, R. G. Azzi, S. Polydoro (Org.), Teoria social cognitiva: conceitos básicos (p. 149-164. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

RAMOS, L.O.; CUNHA, L.G.; OLIVEIRA, F.L.; SAMPAIO, J.O.; BUENO, R.L.S. ÚBIDA, G. **Relatório ICJBrasil da Fundação Getúlio Vargas**, 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19034/Relatorio-ICJBrasil_1_s_em_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 14 de janeiro de 2022.